

TORRE DE
MONCORVO
assembleia municipal

ATA N.º 14

SESSÃO ORDINÁRIA

29 DE JUNHO DE 2020

APROVADA POR MAIORIA

NA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 25/09/2020.

-----Aos vinte e nove dias do mês de Junho do ano de dois mil e vinte, pelas 09h30, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo convocada com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1 - Período de Antes da Ordem do Dia: -----

- 1.1 Apreciação e votação da ata da sessão ordinária de 28 de Fevereiro de 2020;-----
- 1.2 Informação de Correspondência;-----
- 1.3 Assuntos de interesse relevante para o Município;-----

2 – Período da Ordem do Dia: -----

- **Ponto 1** - Apreciação da Atividade Municipal e Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara [(alínea c) do n.º2 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013)];-----
- **Ponto 2** – Aprovação dos Documentos de Prestação de Contas de 2019; -----
- **Ponto 3** – 1.ª Revisão: Ao Orçamento da Receita; Ao Orçamento da Despesa e ao Plano Plurianual de Investimentos;-----
- **Ponto 4** – Consolidação de Contas do ano de 2019;-----
- **Ponto 5** – Aprovação da Norma de Controlo Interno;-----
- **Ponto 6** – Balanço Social 2019;-----
- **Ponto 7** – Aprovação de Regulamentos Municipais: - Respeitante ao Incentivo e Promoção da Reprodução de Animais de Companhia; - Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais do Município de T.M; - Regulamento do Arquivo Municipal do Município de T.M; - Regulamento de Apoio Habitacional a Estratos Sociais Desfavorecidos.-----
- **Ponto 8** – Protocolo da Pavimentação de Caminho entre o Concelho de Torre de Moncorvo e o Concelho de Vila Flor;-----
- **Ponto 9** – Protocolo entre a Câmara Municipal de Torre de Moncorvo e a Águas do Interior Norte E.I.M., S.A;-----
- **Ponto 10** – Alteração ao Mapa de Pessoal para o Ano de 2020;-----
- **Ponto 11** – Procedimento Concursal para Cargos de Direção Intermédia de 3.º Grau – Definição da área e Requisitos de Recrutamento, Estatuto Remuneratório e Constituição dos Júris;-----
- **Ponto 12** – Gesturdouro – Gestão de Empreendimentos Hoteleiros do Douro Superior, Lda.-----
- **Ponto 13** – Apreciação de Informação relativa aos actos praticados ao abrigo da Lei n.º 6/2020, de 10 de Abril – Regime Excecional com vista a promover a capacidade de

resposta das Autarquias Locais no âmbito da Pandemia da Doença COVID – 19 [Artigo 7.º-B, N.º2].-----

3 – Período de Intervenção do Público.-----

Atento o disposto no n.º 2 do artigo 3.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de Março, e face à situação epidemiológica que o País atravessa, a presente sessão não será aberta ao público.-----

-----Feita a chamada, verificou-se a presença dos seguintes deputados municipais:-----

-----**Da Coligação Eleitoral PPD-PSD/CDS-PP:**-----

-----Luís Miranda Rei;-----

-----Pedro Miguel Pinto Carrasqueira;-----

-----Lucinda João Afonso Carpinteiro;-----

-----Afonso de Freitas de Calheiros e Menezes;-----

-----Luís João Fernandes Dias;-----

-----Maria Aldina Esteves Catarino Carvalho;-----

-----Luís dos Santos Delgado Esteves (*Em substituição do deputado João Augusto Leal Leonardo*);-----

-----Manuel José Dinis;-----

-----Ana Luísa Leonardo Gil (*Em substituição da deputada Maria Cecília Pinto*);-----

-----**Presidentes de Junta de Freguesias:**-----

-----Pedro Manuel Ferreira Pereira - Freguesia de Cabeça Boa;-----

-----Francisco António Roque Braz – Freguesia de Carviçais-----

-----Mário Diogo Pinheiro Miranda - Freguesia de Horta da Vilariça;-----

-----António Manuel Martins – Freguesia de Lousa;-----

-----José Carlos de Sá Meneses - Freguesia de Torre de Moncorvo;-----

-----Adriano Luís Mendes Martins – União de Freguesias de Felgueiras Maçores;-----

-----Luísa Pinto Ferreira – Freguesia de Castedo;-----

-----José Manuel Moreiras – União de Freguesias de Adeganha Cardanha;-----

-----Vítor Manuel Amaro Vieira - União de Freguesias de Felgar Souto da Velha;-----

-----Válter José Cordeiro Andrade - Freguesia de Açoreira.-----

-----**Do Partido Socialista (PS):**-----

----- António Eduardo Carvalho;-----

-----João Miguel Pinto Pavão;-----

-----José Manuel Rodrigues Aires;-----

-----Fausto Edmundo Tiago;-----

-----António Júlio Andrade;-----

-----Maria de Lurdes B. Moutinho Nunes dos Reis.-----

-----**Presidentes de Junta de Freguesias:**-----

-----António Júlio Sá Andrade – Freguesia de Larinho;-----

-----Luiz Marcelino Lopes – Freguesia de Mós;-----

-----Maria Amélia Madaleno Cabeleira – União de Freguesias de Urros Peredo dos Castelhanos;-----

Verificou-se a presença de vinte e oito membros que compõem esta Assembleia Municipal.-----

Constituíram a Mesa: -----

Luís Miranda Rei – Presidente de Mesa;-----

Pedro Miguel Pinto Carrasqueira – 1.º Secretário; -----

Lucinda João Afonso Carpinteiro– 2.ª Secretária.-----

-----A **CÂMARA MUNICIPAL** esteve representada pelo senhor Presidente da Câmara, Nuno Jorge Rodrigues Gonçalves, o senhor Vice-Presidente, Victor Manuel Silva Moreira e a Sr.ª Vereadora Maria da Piedade Meneses.-----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 31.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi apoiada pela Licenciada Lúcia Alexandra Barbeiro Pissarro.-----

-----**Tendo-se procedido à gravação digital da sessão, nesta ata apenas se faz referência às intervenções ocorridas.**-----

-----**O Presidente de Mesa:** Temos quórum, iremos dar início à Assembleia Municipal. Neste momento, estão a faltar seis deputados.-----

Como já viram, mudámos de local, estamos aqui no Cineteatro, em função do Covid. Foi por esse motivo que também não se fez a Assembleia Municipal do mês de abril.-----

As regras de intervenção vão ser também diferentes. Os Srs. Deputados que pretenderem falar inscrevem-se, e depois vão dirigir-se aqui ao palco, onde farão a sua intervenção. No momento da saída, não saem pelo mesmo lugar; irão sair, uns por aquela porta, outros aqui pela porta lateral, para o lado do jardim.-----

Dizer-vos que, entretanto, chegaram mais alguns deputados: Adriano Luís, António Júlio Andrade e José Manuel Moreiras. E o João Pavão acaba de entrar. Corrijam-me se estiver errado, mas neste momento está só a faltar o Luís Delgado e Pedro Pereira. De resto, estarão presentes todos os Srs. Deputados.-----

----- **1- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

PONTO 1.1 — APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020. -----

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Relativamente à votação, evidentemente vai ser por setores, porque se fosse por filas, iríamos demorar imenso tempo.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou **por maioria**, de votos dos membros presentes na reunião anterior, **com 26 votos a favor e 1 voto contra** (do deputado José Aires), **aprovar a “Ata da sessão ordinária de 28 de Fevereiro de 2020”**.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Há um voto contra, e o Sr. Deputado José Aires irá entregar à Mesa uma declaração de voto.-----

-----**Declaração de Voto**-----

-----**O Deputado José Aires:** Votei contra a aprovação da ATA da Assembleia Municipal de Fevereiro de 2020, visto que a mesma omite declarações relevantes para o esclarecimento deste órgão por parte do Sr. Presidente do Município, relativamente à questão por mim apresentada relativamente ao estado da obra do Museu do Castelo que ainda se encontra a decorrer.-----
Acrescentar ainda que as falhas detetadas já foram referidas em outras reuniões de Assembleia Municipal e que o Sr. Presidente de Mesa afirmou que iria apurar o porquê, não tendo, até ao momento apresentado qualquer esclarecimento ou conclusão aos seus membros.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 1.2 — INFORMAÇÃO DE CORRESPONDÊNCIA. -----

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

-----Resumo da correspondência recebida, registada sob os números 33/2020 a 151/2020 inclusive. -----

Handwritten initials and a signature in the top left corner.



-----**O Presidente de Mesa:** Como habitualmente, é disponibilizada, está ali para ser consultada, por quem pretender. -----

PONTO 1.3 — ASSUNTOS DE INTERESSE RELEVANTE PARA O MUNICÍPIO. ---

----- Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **Luís Dias** (Coligação PSD/CDS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Luís Dias, faça favor.-----

-----**O Deputado Luís Dias:** Bom dia a todos.-----

Em relação ao Covid, o Grupo Parlamentar do PSD/CDS agradece a rápida e pronta intervenção do Município na implementação de medidas. Se houve erros, espero que tenham sido analisados como aprendizagem para futuras situações.-----

Neste momento, e para futuro, o que temos assistido na capital é a um aumento de casos, em que se presume que as cadeias de transmissão tenham origem nos transportes públicos, na construção, e em ajuntamentos / festas ilegais, com mais de dez pessoas.-----

A pergunta é que medidas está o Município a pensar tomar para mitigar futuros contágios, em especial nos referidos espaços ou eventos.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado.-----

Há pouco, por lapso, na votação da ata, falta a votação da Mesa, mas que votará a favor.-----

Sr. Presidente da Câmara Municipal, faça favor. O Sr. Presidente intervém dali, por uma questão também de logística, de modo a evitar esta circulação entre os lugares. Faça favor, Sr. Presidente.-----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado. Muito bom dia aos Srs. Membros da Mesa, Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados. É um gosto ver-vos aqui, passados seis meses, espero que estejam bem, juntamente com as vossas famílias.-----

Eu tive, durante este período de recolhimento, alguns dos contatos que foram feitos com os Srs. Presidentes de Junta, quase semanalmente, para saber como as coisas se iam passando. E dizer-vos que nesta nova modalidade, se me permitirem, por ser melhor em termos operacionais, eu, ao contrário do que é habitual, falarei sentado, por forma a não ter que andar sempre a segurar o microfone, e a ser necessário limpá-lo.-----

Aproveitar também para vos informar de duas situações. Espero que logo possam ter um S. Pedro – dentro das vossas habitações, obviamente, porque às vezes até nos esquecemos que estamos nos santos populares, com esta vantagem de ter sido aprovado que os pescadores

portugueses da sardinha podem ter mais doze mil toneladas, o que quer dizer que vai ser algum valor e algum incremento económico. -----

E também para vos informar, antes de passar para a pergunta que me foi solicitada, que estão a decorrer as inscrições, e gostaríamos muito que os Srs. Presidentes de Junta e os Srs. Deputados Municipais dessem conhecimento disso, da prospeção mineral e geotécnica que o IPB vai realizar em Torre de Moncorvo, numa parceria que vai ser com a Aethel Mining. E portanto, temos aqui possibilidade de encontrar quadros que sejam colocados depois, logo, num posto de trabalho. O folheto informativo é desta forma, e portanto, todos aqueles que vocês conheçam, é favor poderem dirigir-se à Câmara Municipal ou à Eng.^a Lucinda João, que são os dois que estão nesta função.-----

Bom, quanto às respostas Covid, como podem ver da informação que tive oportunidade de elaborar – nunca tinha escrito dez páginas, era uma ou duas, sendo que começa na pág. 2, as medidas Covid, e terminam na pág. 7. Isto foi o que estivemos a trabalhar até agora, e o que esperamos para o futuro.-----

Dar-vos duas ou três ideias. Estamos a trabalhar em coordenação com a Proteção Civil Distrital, obviamente, e estamos a trabalhar com a Comunidade Intermunicipal do Douro. Até ao momento, tudo tem sido feito de acordo com estas duas entidades, com a supervisão da Direção Geral de Saúde. É intenção do Município não autorizar qualquer festa ou arraial para os meses de verão. A interpretação da Lei diz “pequenas festas”; bem, pequenas festas de dez pessoas, nós já vimos os ajuntamentos que deram, para trezentos e quatrocentos, e os problemas que daí advieram, nomeadamente até em batizados e casamentos, em que só os noivos é que deviam estar presentes. Portanto, fica já aqui assente que o Município de Torre de Moncorvo não emitirá licenças a autorizar festividades de verão. -----

A CIMDouro já o fez até 31 de julho, serão revistas mensalmente – se bem que a posição do Município de Torre de Moncorvo, e de muitos outros, é que não serão feitas festividades nenhuma.-----

No decorrer dessas negociações, foi aceite que as piscinas municipais pudessem abrir, as piscinas municipais ao ar livre, tendo em conta que o espelho de água é que é a divisão obrigatória para o número de utentes, o que quer dizer que vamos dividir as partes da manhã e a parte da tarde. Não há bilhete único, vai ser dividido – quem quiser, compra para a manhã, e quem quiser compra para a tarde. E com isso, obviamente, diminuámos o preço da bilhética.-----

Também estamos a acompanhar, em termos económicos, as empresas, e também os estabelecimentos comerciais, juntamente com a ULS e com os nossos serviços, nomeadamente os serviços higieno-sanitários, estamos a percorrer todos os estabelecimentos comerciais, não com o intuito de abrir processos de contraordenação, mas de sensibilização – explicar às pessoas como é que se devem sentar, quais são as mesas que podem, ou não, utilizar, se estiver

M.
C.M.



sentada numa mesa só uma pessoa, a seguinte até pode ser de cinco pessoas, mas não se podem sentar, têm que dar um intervalo, e estamos a fazer isso de acordo também com as normas da Direção Geral de Saúde e com os nossos funcionários.-----

Implementámos todas essas medidas, quer nos serviços da Câmara Municipal – e quando digo Câmara Municipal, nos edifícios da Câmara Municipal – quer no estaleiro, principalmente também aí no estaleiro, e na Câmara, com diversas divisões de acrílico, com todos a terem as condições de desinfeção e higienização necessárias. E foi com agrado que vimos, no final da semana passada, serem-nos reconhecidos cinco espaços “Safe and Clean”, o que quer dizer que o trabalho que realizámos foi, de alguma forma, também reconhecido.-----

Já vos falei das festas, que não vai haver, dos espaços que vão ser atualizados, e basicamente, é o que temos neste momento em termos de Covid, que é a proteção das pessoas.-----

Como sabem, as feiras e mercados também foram abertos. Nas feiras, implementámos três salas de confinamento, se houver necessidade, de alguém ter sintomas durante os dias da feira. E com isso, implementámos também os diversos circuitos que as pessoas têm que percorrer, sendo as entradas e as saídas controladas por funcionários municipais, em comunhão de esforços com a entidade policial – neste caso, a GNR – por forma a que todos tenham uma garantia máxima – nunca há garantias absolutas, mas uma garantia máxima de que tudo correrá bem.-----

Devo dizer-vos – e isto é verdade – nós não temos qualquer informação oficial da ULS. E na última semana, foram alterados os padrões de comunicação. E se repararem, até à semana passada, aparecia o Distrito de Bragança dividido por concelhos, e aparecia o número de casos que cada concelho tinha. Com uma justificação: nós chegámos a ter o concelho, tirando ali Bragança, que foi um bocadinho mais complicado, mas chegámos a ter quase zero nos demais concelhos. Complicou-se com o fim de semana dos feriados, complicou-se um bocadinho, porque vieram sete casos importados de Lisboa, e um de Aveiro. Estamos a falar, grosso modo, do distrito. Infelizmente, também nos aconteceu aqui em Torre de Moncorvo, com um caso importado de Lisboa, e oficiosamente soubemos que um familiar também poderá estar contagiado. Mas, eu estou a dizer que soubemos oficiosamente porque oficialmente a nova política da DGS é enviar o mapa do distrito todo a negro, ou seja, nas bolinhas onde devia constar o número, não aparece nada, está tudo a zero. Esta é uma nova política, não sei se terá sido por alguma questão ou desavença aquando da reunião do Infarmed, sei que agora a informação é zero.-----

Continuam a solicitar-nos que sempre que há casos que tenham alguma relevância, ou que possam ser suspeitos, continuam a pedir à Câmara Municipal para ser ela a tratar do transporte e a fazer com que as pessoas cheguem aos locais para fazer o teste. Eu devo dizer-vos que a Câmara está a fazer isso, mas fá-lo em prol da população e em protesto com o Ministério da

Saúde, porque as Câmaras Municipais e as Proteções Civis não são meros prestadores de serviço, que é isso que querem fazer de nós. Se é com medo de que alguém divulgue números, e que o que passa não seja totalmente verdade, nós não sabemos. O que é certo é que não somos só nós, são as Câmaras todas do distrito, que não têm informação. E desde o início, a ARS – não estou a falar da ULS, atenção – sempre se opôs a que, quer a Proteção Civil, quer as Câmaras Municipais, tivessem conhecimento dos dados, o que tem sido sempre, mas sempre matéria de discussão nas reuniões que fazemos todas as quartas-feiras – todas as quartas-feiras há reunião da Proteção Civil, e há reuniões da Comunidade Intermunicipal do Douro, às quintas-feiras, por forma a coordenar todos os serviços.-----

E portanto, são estas as medidas, vamos continuar atentos, sabendo que vem aí um problema. E o problema é este, e antecipo-me já, caso alguém me perguntasse: até agora, estivemos em confinamento, estado de calamidade, e como sabem, foi-nos comunicado pelos operadores de serviços, nomeadamente dos transportes, que não realizariam transportes a partir de abril. Até agora, ainda não nos enviaram nenhuma resposta, ou nenhuma missiva a dizer quando é que iniciariam os transportes, sendo que o Município já entregou um documento onde prevê a reativação dos transportes de todas as freguesias. Era nossa intenção fazê-lo aquando da reabertura das feiras, não conseguimos, e dividimos isto em duas partes: primeiro, assegurar o transporte dos alunos, e isso foi feito com sete circuitos; foram feitos sete circuitos, que estão a ser pagos a expensas da Câmara, sem utilizarmos a bilhética dos transportes escolares. Ou seja, o montante que o Ministério da Educação disponibiliza não está a ser utilizado; estamos a utilizar só, nas despesas dos sete circuitos para trazer os alunos para a sede do concelho, na íntegra do Orçamento Municipal.-----

A Comunidade Intermunicipal do Douro, como sabem, é quem tem a competência para lançar concursos, e é a entidade que coordena os transportes, e isto também faz com que haja um acréscimo nos problemas, porque são cinco entidades operadoras de transporte, nomeadamente a Santos, Vila Flor e Rodonorte (para este lado), depois temos o AV Tâmega, e temos a Transdev. Não tínhamos conseguido até agora chegar a acordo, têm sido semanas e semanas, e noites e noites com os operadores, para ver se conseguimos chegar a um acordo, e chegámos a uma média, nos dezanove Municípios, quer para os transportes intermunicipais, quer para os transportes municipais.-----

No caso de Torre de Moncorvo, fazemos com que todas as freguesias tenham acesso diário à sede do concelho – estamos ainda a falar de serviços mínimos, porque ainda não saímos dos estados de emergência. Ou seja, o que tínhamos que garantir – e a AMT, que é a Autoridade da Mobilidade para os Transportes, tinha de garantir era que os operadores fariam os serviços mínimos, e garantiriam que os alunos tivessem. Ora, isso não foi feito, os alunos, como já vos disse, foi a Câmara Municipal que garantiu; quanto aos restantes, os serviços mínimos não estão

a ser prestados. Isso já foi comunicado à Autoridade de Mobilidade e Transportes, e já foi comunicado também aos transportadores com quem temos reunido semanalmente, muitas vezes duas ou três vezes por semana.-----

Na quinta-feira, chegou-se a um pré-acordo com os três operadores. Só para terem uma noção, nós vamos pagar por quilómetro; os quilómetros que vão ser feitos, vamos pagá-los. E a primeira proposta chegou a rondar os quatro euros e sessenta e três (4,63€) por quilómetro, o que era inaceitável para os Municípios. Depois, entre os próprios operadores, abril, maio, e até meados de junho, não chegaram eles a acordo, e ficámos neste ponto: um e noventa (1,90€) para Rodonorte, Santos e Vila Flor, um e oitenta e cinco (1,85€) para a AV Tâmega, e dois e sessenta e três (2,63€) para a Transdev, sendo que a bilhética ia para os Municípios em que a Transdev operasse. A comissão que estava na CIMDouro, que era constituída pelos Municípios de Moimenta da Beira, Sabrosa e Torre de Moncorvo, que era a comissão especializada em transportes, não aceitou e exigiu que fosse um preço unitário para todo o território, e que todos fizessem as mesmas condições – ou seja, uma parte do Portrans, que é uma forma que o Governo dá às entidades gestoras de transportes para comparticiparem, mais uma parte do PART, que o PART, nós já o estávamos a utilizar aqui em Torre de Moncorvo – se bem se recordam, com vinte e cinco por cento (25%), que era da CIMDouro, mais vinte e cinco por cento (25%) que o próprio Município colocava nesse orçamento, por forma a que houvesse uma comparticipação de cinquenta por cento (50%) e houvesse uma maior comparticipação para todos aqueles que tivessem mais de sessenta e cinco anos, podendo chegar ao valor zero.-----

O que é que se decidiu fazer? Essa parte do Portrans, que tem que ser para mobilidade, se não for gasta, reverte novamente para a entidade Estado, que por sua vez o tem que entregar à União Europeia, como é óbvio. Para não chegarmos a este ponto – e houve entidades que tiveram de o entregar, porque sendo coordenadoras de transportes, só conseguiram utilizar dez por cento (10%); ora, os noventa por cento (90%) remanescentes tiveram que ser entregues – chegámos a um acordo, que foi: uma parte do Portrans e uma parte do PART, mais os passes escolares e a bilhética, reverteriam a favor dos operadores, e os Municípios irão pagar um euro e noventa e um (1,91€), em média – estamos a falar de média – por quilómetro. Já não são os quatro (4€) iniciais, já não são os dois e sessenta e três (2,63€); ou seja, conseguimos chegar aqui a uma média que, em termos de negociação, estava a ser feita também com a empresa Rodonorte e Santos, a AV Tâmega subiu, nós mantivemos mais ou menos a mesma situação para o Douro Superior, e quer o Douro Sul subiu, e o Douro Norte baixou. Com isto, conseguimos, então, chegar, e espero que na reunião do Conselho, que se vai realizar na quarta-feira, que possamos assinar um acordo para que os serviços mínimos sejam estabelecidos, com uma viagem diária de todas as freguesias para a sede do concelho. Recordo que este acordo é um acordo provisório, que vai de 1 de julho a 30 de setembro, porque depois, esperamos nós que

14
13

tudo passe à normalidade, nomeadamente a abertura das escolas, e a partir daí, é o normal que tínhamos até aqui.-----

A ideia para o Concelho de Torre de Moncorvo em concreto foi que todas as freguesias – todas as freguesias e localidades – tivessem todos os dias a possibilidade de vir à sede do concelho. Obviamente que houve a exceção quando foi o estado de calamidade, porque aí não poderia haver mobilidade de pessoas – estávamos confinados, não podia haver mobilidade. Agora que estamos num estado de emergência, com possibilidade de o Distrito de Bragança, ou se quiserem, da Comunidade Intermunicipal do Douro e a Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes passarem para um estado de alerta – sairmos de um estado de emergência e passarmos para um estado de alerta, que é menor em termos de perigosidade – todas as pessoas irão ter esse acesso para virem à sede. Poderão dizer: “Vai sair caro”, vai, vai sair caro, obviamente, um euro e noventa e um (1,91€) por quilómetro, não vai sair barato, mas eu penso que as pessoas têm de ter esta possibilidade, depois de três meses confinadas, de virem aos mercados municipais, de virem às farmácias, de virem a uma série de coisas.-----

De acordo também com o que decidimos implementar, e eu espero que seja a partir de 1 de julho, como medida Covid, será o Balcão Único Móvel. O que se está a perspetivar para o Balcão Único Móvel é que possa acompanhar a Unidade Móvel de Saúde, e em que no mesmo dia possa estar na mesma freguesia, com todas as capacidades que tem a Loja do Cidadão, ou Balcão do Cidadão, aqui – renovação de cartas, pedimos para a renovação do cartão de cidadão, e agora fizemos um acordo com a ADIN para que possam ser pagas as faturas da água, também através do Balcão Único Móvel. Está completamente apetrechado da nossa parte, falta um TPA, que é onde se paga, da ADIN. Podemos não arrancar já com as águas, mas vamos arrancar já com todos os serviços que o Balcão Único tem. Por isso, vamos mandar para os Srs. Presidentes de Junta todos os circuitos, com a Unidade Móvel de Saúde e o Balcão Único, por forma a que se as pessoas preferirem fazer todos os seus pagamentos e os licenciamentos através da sua localidade, não venham à sede do concelho, e tenham tudo o que também existe aqui, nomeadamente porque o Balcão Único Móvel tem o acordo com a AMA, que como sabem, é a Agência de Modernização Administrativa, e portanto, todos os passos que fizerem lá, depois são reportados ao instituto que gere a AMA, e que reporta a todas as entidades, nomeadamente Finanças, Conservatórias, e todas as entidades públicas.-----

E portanto, é isso que nós vamos fazer, um desconfinamento devagar, mas com medidas também para quem não quiser vir à sede do concelho poder utilizar a partir da sua freguesia.----
E isto, basicamente, tem sido o nosso trabalho. Não sei se respondi ao Sr. Deputado.-----
Muito obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

(Dizer que chegaram, entretanto, os dois deputados que não estavam na sala, e portanto, estão os vinte e oito membros da Assembleia, não há faltas).-----

Passávamos, então, ao Período da ordem do dia.-----

----- 2 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

PONTO 1 — APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA. -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **João Pavão** (PS), **José Aires** (PS), **Fausto Tiago** (PS), **António Júlio Andrade** (PS) e **Luís Dias** (Coligação PSD/CDS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Senhor Presidente da Câmara, passo novamente a palavra.-----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Obrigado, Sr. Presidente.-----

Eu serei muito rápido neste ponto, porque como disse, grande parte do que vos trouxe são as medidas Covid, algumas quase diárias do que tivemos de fazer.-----

Depois, dar-vos a conhecer que, mesmo assim, temos várias obras a correr, num valor superior a cinco milhões de euros (5.000.000€).-----

E dar-vos conta da situação financeira. Nas dívidas, no valor do período entre a receita e a despesa, tivemos de receita seis milhões, cento e noventa e seis mil, setecentos e quarenta e três euros (6.196.743€), fizemos pagamentos de cinco milhões, trezentos e vinte, duzentos e setenta e três (5.320.273€), o que nos permite aqui um saldo de oitocentos e setenta e seis mil euros (876.000€). As dívidas de terceiros para com o Município de Torre de Moncorvo cifram-se, à data de 23 de junho, em cinco milhões, trezentos e quarenta e um mil, oitocentos e oito (5.341.808€) – é a dívida de terceiros para conosco – e as dívidas a terceiros – ou seja, as nossas dívidas para com fornecedores, Estado, serviços e prestações correntes – cifram-se na módica quantia de trezentos e setenta e sete mil euros (377.000€), o que quer dizer que temos aqui um saldo. Outra coisa, depois, são os empréstimos, obviamente, e nos empréstimos temos aqui um saldo à Caixa Geral de Depósitos de um milhão, trezentos e oitenta e sete mil euros (1.387.000€), ao BPI, seiscentos e onze mil (611.000€), e à CCAM, cinco milhões, quinhentos e noventa e quatro (5.594.000€). Eu recorro que isto são dívidas, principalmente esta da CCAM, que vêm decorrentes do plano de saneamento financeiro negociado em 2009 e assinado em 2012.-----

Eu trago aqui duas pequenas notas, que isto é o que nós prevemos para 2021, que é conseguirmos chegar a este saldo sempre descendente, e em 2021 estarmos quase a zero. Ou seja, no período de 2013 a 2021, em termos de empréstimos – não estou a dizer em termos de

12
[Handwritten signature]

pagamento a fornecedores, só de empréstimos, e quero recordar que este Município não fez empréstimos de longo prazo, neste momento, já não os faz desde 2013 – estamos a contar pagar os dez milhões de euros (10.000.000€). Isto quer dizer que em dois mandatos, oito anos, estamos a amortizar um milhão, duzentos e cinquenta mil euros (1.250.000€) / ano, por forma a que o Município fique, a partir de 2021, sem este encargo, que nos impossibilita muitas vezes de ir a determinadas candidaturas, porque não temos capacidade de endividamento. A partir de 2021, como sabem, estamos já a negociar um novo quadro comunitário, o 2030, e os Municípios vão ter regras extremamente alteradas, nomeadamente a capacidade de execução, a capacidade de endividamento, e sobretudo a capacidade de conseguirem competir uns com os outros, porque a regra – e aqui há quem entenda mais do que isso – a regra dos sete anos, mais três, que perfazia os dez, acabou, ou vai acabar. Ou seja, nós sabíamos que neste quadro 2020, nós tínhamos sempre mais três anos; o próximo, 2030, não vai ser assim, vai iniciar-se e vai diminuir os três anos a mais para dois, mas para se conseguir ter esses dois anos, tem que ter um nível de execução que seja acima da média.-----

E portanto, o que nós temos que fazer aqui é um equilíbrio financeiro que nos permita chegar, não digo ao zero, mas que nos permita acabar com todos os empréstimos, à exceção do de longo prazo, que demorará mais dois ou três anos, mas que já nos dará uma folga. Se repararem naquele mapa que têm à vossa frente, estamos a ver ali curto prazo. Se se recordam, nós tivemos a autorização para ir aos quinhentos mil euros (500.000€), os quinhentos mil euros (500.000€) estão ali. Só não saem dali porque não vamos fechar a conta, por um motivo que é tão simples quanto isto: estão a decorrer obras, como disse, com valores superiores a cinco milhões de euros (5.000.000€), só a escola são três milhões de euros (3.000.000€), sendo que do contrato dos sete e meio por cento (7,5%), que rondaria os cento e vinte e cinco mil euros (125.000€) por cada uma, o Município, uma vez que foi assumido perante a Assembleia Municipal, se bem se recordam, quando os concursos ficaram desertos, sempre dissemos que independentemente do esforço que o Município tivesse que fazer, a escola teria que ir para a frente. E o esforço é desta forma: vamos pagar mais meio milhão de euros (500.000€) do que aquilo que estava previsto, a expensas do Município – ou seja, o Estado mantém-se com os sete e meio por cento (7,5%), os nossos sete e meio por cento (7,5%) já não correspondem aos cento e vinte e cinco mil euros (125.000€), mas a um valor superior a quinhentos mil euros (500.000€). Por isso, consta ali, mas que o poderíamos retirar, uma vez que é uma conta que só é para ser utilizada se for necessária. Por isso, está ali incólume, nos quinhentos mil euros (500.000€), e que terá que ser paga até 31 de dezembro, podia ter sido já paga hoje, ontem, amanhã, porque só se acontecer alguma necessidade imediata. E eu digo isto por quê? Vocês devem ter visto todos o que saiu nos jornais: neste momento, o atraso do pagamento do Estado já se cifra em sessenta e quatro milhões de euros (64.000.000€). E os sessenta e quatro milhões de euros (64.000.000€) estão a ser, de

alguma forma, garantidos pelas autarquias, por todas as autarquias, porque os autos chegam, a comparticipação tem que ser paga, e há uma coisa que alguns ainda se esqueceram, eu já fui acusado de que a única coisa que fizemos nestes dois mandatos foi conseguirmos fazer as ETAR's e as elevatórias, e que isso, que não chegava a dois milhões de euros (2.000.000€), era a grande obra. Pois, não foi preciso ser eu a dizê-lo, o que é verdade é que o Município de Moncorvo encontra-se neste lugar, em sexto lugar de execução e de fundos que consegue agregar, nos oitenta e seis Municípios do norte, com uma média de setecentos e vinte euros (720€) por pessoa, contra os duzentos euros (200€) por habitante dos outros Municípios, dos oitenta e seis.-----

Portanto, estamos com os pagamentos em dia, continuamos, mesmo com estas obras, com os pagamentos a trinta dias, no máximo, sendo que uma das medidas do Covid também foi que todos os fornecedores da praça receberam na semana em que entregavam as faturas. Foi uma forma de desenvolvimento também da economia. Como sabem, e com isto, as pessoas têm dinheiro, e todos os espaços concessionados do Município deixam de ser pagos até 31 de dezembro de 2020, e eu propunha – se o Sr. Presidente me permite – propunha que a Assembleia Municipal fizesse uma recomendação à Câmara Municipal, já que a Câmara não o fez, e não é da nossa competência, mas a Assembleia tem essa competência, e eu aceitá-la-ia com muito gosto, que todos os concessionários dos espaços de Torre de Moncorvo, sejam os feirantes, sejam os dos cafés, sejam os dos restaurantes, tenham um ano a mais no contrato do que aquilo que assinaram, porque, efetivamente, o ano de 2020 para essas pessoas é para esquecer. E portanto, eu não estou a pedir que seja para o A, para o B ou para o C; estou a dizer que ficaria muito bem, se me permitem a expressão, que os três grupos parlamentares se entendessem e fizessem uma moção para ir à Câmara Municipal, para dar um ano a todos os que têm este problema que estão a viver, e que não conseguem ter clientes, e que a Câmara só pode isentar até 2020, até 31 de dezembro. Mas, uma moção da Assembleia Municipal a dar mais um ano – independentemente do contrato, eu não sei se termina amanhã, se termina em 2025, independentemente do contrato, uma medida genérica da Assembleia Municipal para prolongar todos os contratos por mais um ano. E dessa forma, era a igualdade para todos poderem ganhar mais algum dinheiro, e esquecermos o ano de 2020, porque ainda não sabemos o que é que aí vem, em termos macroeconómicos.-----

Muito obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente.-----

Não sei se os líderes dos Grupos Parlamentares querem reunir, ou se continuamos com a discussão e falamos depois. Reúnem agora? No final? Muito bem.-----

9/14

Então, estão abertas as inscrições relativamente ao primeiro ponto, sobre a apresentação e apreciação da atividade municipal. Quem pretende falar? Sr. Deputado João Pavão, José Aires, Fausto Tiago, António Júlio Andrade e Luís Dias.-----

Então, daria a palavra ao Sr. Deputado João Pavão. Faça favor.-----

-----**O Deputado João Pavão:** Ora, bom dia, Sr. Presidente, caros membros da Mesa, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, funcionários do Município, estimados deputados, Presidentes de Junta, estimados colaboradores e estimado público – não sei se estava aí gente, ou não.-----

No âmbito da apreciação da atividade municipal, escrita pelo Sr. Presidente – e aqui são alguns os assuntos que se misturam com os assuntos relevantes para o Município – referir as implementações realizadas no âmbito do Covid. Em tempo de guerra, e contra um inimigo que todos desconhecíamos, é bom estarmos unidos. E dar também os parabéns aos Presidentes de Junta do nosso concelho, a todos, porque são eles também que estiveram na linha da frente neste combate, e dar também os parabéns ao Município pelas medidas implementadas, não só no apoio aos empresários locais, como também aos habitantes do Concelho de Torre de Moncorvo.-----

De referir, nos projetos que estão em execução, no âmbito do PARU e do PROVERE, dá para verificar que existe uma grande aposta na requalificação, quer do equipamento do saneamento, das infraestruturas, quer na sede do concelho, quer nas aldeias, mas há aqui um projeto, que acho que é no âmbito do PROVERE (salvo erro), que é a área de acolhimento empresarial. É no PARU? Perguntar qual é o grau de execução que tem, ou se a candidatura ainda está em fase de aprovação (julgo eu), se existe também alguma estratégia de captação para fixação das empresas, ou se já há alguma empresa que tem manifestação demonstrada de que irá mudar para lá as suas instalações. Visto que a área da Junqueira é um terreno que conflui com outros Municípios – ou seja, temos o eixo do IP2 e do IC5, e é uma área que conflui com duas GAU, com a Douro Superior e com duas CIM's, Trás-os-Montes e CIMDouro, se será possível também, em fase de renegociação de pacotes do Portugal 2020, ou então mesmo agora do próximo quadro comunitário, reforçar, quer para a fase de exploração, a área de acolhimento empresarial, reforçar até as vias de comunicação. E isto por quê? Porque, como disse o Presidente, e muito bem, no próximo quadro comunitário o esforço dos Municípios vai duplicar, ou seja, vamos passar de um esforço potencial de quinze por cento (15%) para trinta por cento (30%), e os quadros financeiros vão baixar para setenta por cento (70%) de apoio comunitário. Portanto, ver aqui a estratégia do Município para essa situação.-----

Depois, também aqui a pergunta, não direi que é a pergunta de um milhão de dólares, mas que gerou aqui algum celeuma em Torre de Moncorvo nestes últimos dias, e eu tive oportunidade de enviar, no dia 31 de maio, um e-mail a perguntar o que é que foi feito com o busto do Campos

Monteiro, toda a gente pergunta, acho que seria bom ouvirmos a sua resposta, apesar de já ter sido propagada a sua resposta na reunião de Câmara.-----

De sublinhar também que antes desta pandemia, ou seja, nos primórdios desta pandemia, no dia 13 de março, tivemos a apresentação da Aethel Mining na Biblioteca Municipal de Torre de Moncorvo, que julgo que foi de extrema importância para o futuro do nosso concelho, e tivemos, há poucos dias, no Observador, uma reportagem, ou uma peça jornalística do empresário Carlos Santos Silva, dizendo que a exploração poderá começar este ano, que já existem planos para a armazenagem do ferro – e onde é que será essa localização, porque não consegui saber – e perguntar também se o Governo Português, em parceria com a REFER, vai reforçar a Linha do Pocinho, visto que pela notícia, o transporte será do Pocinho para o Porto, através da linha do comboio.-----

Pronto, estas são as perguntas neste ponto. Obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado ao deputado João Pavão. Damos a palavra ao deputado José Manuel Aires.-----

-----**O Deputado José Aires:** Muito bom dia a todos. Muito obrigado ao Sr. Presidente da Mesa, cumprimentar todos os presentes, os Srs. Deputados, os Srs. Funcionários, o Executivo.-----
Relativamente aqui ao ponto em discussão, à atividade municipal, o relatório escrito do Sr. Presidente, Sr. Presidente, vejo que no seu relatório se esqueceu de mencionar algumas obras que estão a decorrer, sem fim à vista, nomeadamente o Museu do Castelo e o aproveitamento da bancada do campo de jogos Dr. Camilo Sobrinho. Na última reunião da Assembleia Municipal, coloquei a questão relativamente à obra do Museu do Castelo, e as respostas dadas pelo Executivo, na pessoa do Sr. Presidente, não se encontram transcritas na ata da reunião realizada no dia 28 de fevereiro do corrente ano. Nessa reunião, foi dito que a obra estaria concluída dentro de aproximadamente um mês, até final de março (salvo erro). Passados quatro meses, a obra continua em execução.-----

Sr. Presidente, volto a perguntar: para quando está prevista a conclusão desta obra? Talvez tenha sido lapso, ou poderá existir algum outro motivo para a omissão destas duas obras. Constatado que são mencionadas obras em execução, no mesmo relatório, que já deveriam ter sido concluídas, que passo a designar: reabilitação do Mercado Municipal (PARU, PRODER), deveria estar concluído em outubro de 2019; reabilitação do espaço público no Bairro do Montesinho, deveria estar concluído em setembro de 2019; reabilitação de um edifício existente no Parque Verde Quinta da Judite, casa de chá, deveria estar concluído em janeiro de 2020; ETAR de Cabanas de Baixo, integração do SAR Foz do Sabor, deveria estar concluído em abril de 2020; ETAR da Lousa, deveria estar concluída em março de 2020; reabilitação do espaço

público do centro histórico, deveria estar concluído em abril de 2020; hortas comunitárias da Nória, deveriam estar concluídas em maio de 2020; e a reabilitação integral da antiga sinagoga, para instalação do Centro Interpretativo Judaico, deveria estar concluída no passado dia 21 do corrente mês, e só recentemente teve o seu início.-----

Os prazos, na maioria dos contratos, não respeitam o Código da Contratação Pública, atentando contra a correta gestão dos dinheiros públicos.-----

O ajardinamento dos taludes envolventes ao parque de estacionamento na Quinta da Judite é um dos contratos em que o atraso é gritante, obra adjudicada em junho de 2017, com um prazo de execução de noventa dias, que só foi iniciada passados cerca de dezasseis meses da data prevista para o seu início. Esta obra, que deveria estar concluída em outubro de 2017, mas os trabalhos só iniciaram em 5 de novembro de 2018, conforme edital publicado em locais de estilo do Município. Sendo o local da intervenção de domínio público, não se percebem os motivos que levaram a tão grande atraso.-----

Para uma melhor compreensão do problema, vou entregar na Mesa da Assembleia Municipal requerimento escrito, solicitando que me sejam fornecidos os seguintes elementos: quais os trabalhos contratados e pagos no âmbito da empreitada, quais os fundamentos para tão grande atraso no início dos trabalhos, e cópia dos autos de suspensão / prorrogação do prazo de execução do contrato.-----

Constam ainda no relatório três obras em fase de conta final, e tenho que colocar a seguinte questão relativamente à obra do coletor pluvial do Bairro da Estação: a conta final de uma empreitada pressupõe que os trabalhos foram bem realizados, se apresentam sem defeitos, são recebidos provisoriamente, e que o plano de prevenção e gestão de resíduos da construção e demolição foi corretamente executado, segundo a alínea b) do n.º 2 do art.º 395.º do Código de Contratação Pública. O dono da obra tem de atestar a correta execução do plano de prevenção e gestão de resíduos da construção e demolição no auto de receção provisória – n.º 4, alínea c), do art.º 395.º. As manilhas partidas e abandonadas na ecopista e nos terrenos limítrofes são resíduos desta empreitada que atestam que o plano de gestão de resíduos não foi cumprido. Estão à vista de todos os defeitos da obra. O abatimento do piso da ecopista e do talude são defeitos evidentes, comprováveis a olho nu, que têm que ser corrigidos antes da receção provisória. Qual o prazo dado ao empreiteiro para a correção dos defeitos da obra e para a remoção dos resíduos daí decorrentes?-----

De referir ainda que todas as obras cofinanciadas pelos fundos europeus no âmbito do Portugal 2020 têm a obrigação legal de divulgação e publicitação do apoio concedido pelos fundos comunitários da União Europeia, e constitui por si só responsabilidades das suas entidades beneficiárias e organismos de gestão consagrada na Legislação comunitária e nacional. No atual quadro comunitário, e de acordo com o Decreto-lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, é suscetível

de determinar a redução do apoio a um projeto o incumprimento das normas relativas à informação e publicidade. A redução é determinada em função da gravidade do incumprimento, que se mantendo, poderá levar à sua revogação. Tal obrigação tem como principal objetivo informar os beneficiários finais e a opinião pública em geral sobre o papel desempenhado pela União Europeia e pelo Estado Português, no âmbito do Portugal 2020, nos projetos cofinanciados e nos respetivos impactos e resultados.-----

Nas obras em execução, mesmo naquelas que já deveriam estar concluídas, não é visível qualquer painel ou cartaz publicitário onde conste a informação legalmente exigida no âmbito dos apoios comunitários. Sr. Presidente, a que se deve esta falta de transparência na informação prestada ao público? Está V. Exa. consciente do custo que este incumprimento poderá acarretar para o Município?-----

Muito obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Fausto Tiago.-----

-----**O Deputado Fausto Tiago:** Ora, muito bom dia a todos.-----

Sr. Presidente, estive atento à atividade desenvolvida pela Câmara durante este período de Covid, e no relatório que o Sr. Presidente apresenta à Assembleia, fala em testes adquiridos e camas instaladas. Esta atitude da Câmara teve como base uma solicitação dos serviços da Direção Geral de Saúde, ou da Unidade Local de Saúde, ou foi apenas um ato voluntário do Sr. Presidente da Câmara, para mostrar que também fazia qualquer coisa para combater a epidemia? Foi um ato voluntarista, ou foi uma ação concertada com as diversas entidades que superintendem na matéria?-----

Depois, ainda no mesmo relatório, vi um apoio aos estudantes, e constava a distribuição de material didático, mas não vi a distribuição, por exemplo, de computadores e a respetiva ligação à internet. Será que não houve, de facto, necessidade de distribuir computadores aos nossos alunos? Será que, em comparação com os outros concelhos – por exemplo, citando um concelho vizinho que distribuiu cerca de duzentos computadores aos seus alunos, será que Moncorvo não teve essa necessidade, os alunos de Moncorvo não tiveram essa necessidade? Se assim é, muito bem, estamos todos de parabéns.-----

Depois, quanto aos transportes, o Sr. Presidente já falou, fiquei mais ou menos esclarecido, mas há uma questão, que é a questão de fundo, que são os transportes a nível da CIMDouro. Na altura, falou, já há uns tempos, que estava a ser estudada uma hipótese para a ligação entre todos os concelhos. Fiquei esclarecido agora sobre a questão da emergência, mas a resolução global do problema a nível da comunidade, porque, de facto, a ligação entre concelhos é

fundamental, principalmente os concelhos vizinhos aqui de Moncorvo – no nosso caso, Foz Coa e Freixo de Espada à Cinta, essas ligações são fundamentais.-----

Depois, quanto à ajuda à economia local, a ajuda direta à economia local, por exemplo, ao nível de criação de linhas de apoio, linhas financeiras – há um Município vizinho que criou uma linha de duzentos mil euros (200.000€), não sei se é a fundo perdido, se é a título de empréstimo, ou como é, mas pelo menos há essa notícia da criação de uma linha de apoio à economia local.----

Depois, já não tendo a ver com esta questão da pandemia, mas aquela questão da cedência dos postes de eólica que iam ser montados no Reboredo, e que foram transferidos, com o acordo da Câmara, para Sines (penso eu). Havia uma contrapartida, na altura falou, de cerca de setecentos mil euros (700.000€), nunca mais se ouviu falar nisso, em que situação estamos relativamente a essa questão. Foi, de facto, implantada em Sines, ou a coisa acabou por morrer sem qualquer resultado? Tanto é que o Sr. Presidente nunca mais voltou a falar dessa questão. Não sei se estou a dizer alguma “bacorada”, ou não, mas a ideia que ficou na altura é que a Câmara iria receber uma contrapartida de cerca de setecentos mil euros (700.000€). Entretanto, o Sr. Presidente, sobre isso, não disse mais nada.-----

E era só isto. Havia outras questões, mas neste período de pandemia e de emergência, penso que ficarão para uma próxima oportunidade.-----

Obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado António Júlio Andrade, faça favor.-----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Bom dia ao Sr. Presidente e aos membros da Mesa, muito bons dias, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, muitos bons dias a todos os membros da Assembleia.-----

Antes de mais nada, quero partilhar a pergunta feita pelo José Aires sobre o estado da ecopista, porque, realmente, ficou aos altos e baixos aquele percurso, não é nada agradável de frequentar. Sr. Presidente da Câmara, aqui há cinco, seis anos, nesta Assembleia, eu citei Augusto Gil, autor de “As mais belas vilas e aldeias de Portugal”, dizendo que o mais interessante em Torre de Moncorvo era a harmonia das suas casas setecentistas, e as ruas sempre agradáveis de percorrer. Eu acrescentava que, ao contrário daquela citação, o que mais me impressionava era a impressão de abandono desta vila, e que tal sensação nascia de casas abandonadas, como a antiga Pensão Marrana, cuja responsabilidade até é do Município, nascia dos caixotes plantados junto à Igreja e na praça, dizendo “Parque pago”, ali plantados há vinte anos, e que nunca serviram para nada, nascia aquela sensação de paredes brancas, cobertas com plásticos pintados de vermelho, verde, amarelo, pássaros, passarinhos, etc.-----

M.
A.
B.



Passados estes anos todos, parece-me que a sensação de abandono, para mim, se mantém, ou piorou. Espero que ao menos não se esqueçam de exigir o licenciamento e o pagamento das taxas por tais reclames publicitários. E deixo a pergunta, Sr. Presidente: o que é que o impede de mandar retirar aqueles monos que dizem “Parque pago” na praça junto à Igreja.-----

Depois, aqui há três anos, depois de uma série de visitas do Embaixador da Argentina, depois de contratos anunciados com universidades, depois de colóquios e promessas de eventos, que tudo o vento levou, falei aqui da vergonha que os Moncorvenses deviam sentir ao ver os mapas do *Google* com a sua maior avenida a ser apresentada com o nome de José Luís Borges, e o Estádio Municipal de Moncorvo chamado Moncorvão. O nome do campo de futebol foi alterado, agora chama-se – estive ontem a ver o mapa – chama-se Grupo Desportivo de Moncorvo. Do mal, o menos, o GDM está moribundo, mas sempre ficará o nome no campo da bola – um campo da bola que em tempos se chamou Eng.º José Aires.-----

Quanto à avenida, passados estes anos, os Moncorvenses sentem-se ainda mais envergonhados, porque há mais viaturas dotadas com GPS, os turistas passam por aquela Avenida Jorge Luís Borges, olham para o seu GPS, e perguntarão para eles: “Estes tipos de Moncorvo nem sequer sabem o nome do escritor, que se dizia ser bisneto de um Moncorvense?”- Sr. Presidente, acaba de ser lançado mais um livro escrito por Alberto Manguel, um dos maiores bibliófilos do mundo, nascido na Argentina, cresceu entre Buenos Aires e Telavive, e foi secretário de Jorge Luís Borges, a partir dos dezasseis anos. O livro tem o título “Alberto Manguel com Borges”, e inclui um posfácio inédito sobre as memórias de Portugal. Não sei se nesse posfácio Luís Borges fala de Torre de Moncorvo, porque ainda não li, e só chegará às livrarias de Portugal dentro de dias. Mas, como Moncorvense, sentir-me-ia muito envergonhado se alguém escrevesse nesse posfácio, ou no prefácio, dizendo que a maior avenida de Torre de Moncorvo se chamava José Luís Borges.-----

Aqui há um ano, falei na incongruência de fechar ao trânsito uma das vias da Rua Vasco da Gama, preparada com dois sentidos, e canalizar todo o trânsito para a Rua Prior do Crato, que nem sequer tem passeio para os peões se retirarem em alguns trechos. Também falei da incongruência de uma placa de estacionamento na Rua Abade Tavares. Não sei se já pensaram no assunto, não sei se já têm alguma resposta para me dar.-----

Tenho dito.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Luís Dias, se faz favor.-----

-----**O Deputado Luís Dias:** São três questões, uma delas estrutural. No futuro, tanto os Estados, como as gestões municipais, serão avaliadas pelas redes criadas, ou seja, pelos seus investimentos estruturais. Neste sentido, este Executivo já realizou algumas obras a nível de

redes viárias. No seu relatório consta uma ligação Horta – Nabo. Gostava de saber se essa ligação é em tuvenan, se é em asfalto, qual é o papel do Município de Torre de Moncorvo nessa ligação Horta – Nabo, já que liga dois concelhos.-----

A outra é social, consta no relatório que distribuíram leite escolar para os alunos do 1.º ciclo do ensino básico, e pergunto: no futuro, se houver outro confinamento, se a escola fechar, se em vez de só e apenas o leite, serão distribuídas refeições a alunos que sejam referenciados socialmente.-----

E a última pergunta é sobre o altar-mor da Igreja, qual o papel do Município, já que o edifício – presumo eu – será do Ministério da Cultura.-----

Obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado.-----

Uma das questões faz parte do Ponto n.º 8. De qualquer forma, dou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para responder às questões que foram levantadas. Faça favor, Sr. Presidente.-----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Bom, agradecer a todos as perguntas.-----

Sr. Deputado João Pavão, agradecer o que disse, até porque eu não realcei o trabalho que os Srs. Presidentes de Junta tiveram neste combate à pandemia. Foram os Srs. Presidentes de Junta, quando muitos criticavam as máscaras que as voluntárias fizeram, cerca de dez mil máscaras, para podermos entregar à população, foram os Srs. Presidentes de Junta que as entregaram a todos; foram os Srs. Presidentes de Junta que, naqueles que estiveram confinados, levaram a medicação, levaram a comida, que tiveram contato com as pessoas; foram os Srs. Presidentes de Junta que alertaram a Direção Geral de Saúde e a ULS muitas vezes, já tinham passado trinta e quarenta dias sem irem fazer os testes. Portanto, esse é um trabalho que os Srs. Presidentes de Junta têm, e aos quais eu agradeço profundamente.-----

A fixação de empresas, já tivemos várias empresas, nomeadamente uma internacional, em que gostaria de fazer na área empresarial da Junqueira uma empresa de tratamento do cânhamo para a indústria farmacêutica. Para além disso, outra que estivemos a negociar, que poderá fazer o tratamento de toda a produção da azeitona, desde o olival até ao engarrafamento. Portanto, tivemos todos esses contatos, e mais alguns, para os quais ainda estamos com negociações.---

A Aethel Mining, efetivamente, poderia ter já iniciado a exploração, mas o que houve, em termos de complicação, é uma coisa que só acredito que seja possível no Estado Português, porque a EDM veio dizer que tinha um direito de superfície sobre os terrenos, e com tal, teria de ser paga por um valor mensal. Houve a avaliação de dois peritos do Tribunal da Relação do Porto, em que atribuíram ao rendimento do direito de superfície, a um, mil, trezentos e cinquenta euros (1.350€) anuais, e a outro, mil e trezentos euros (1.300€) anuais – estamos a falar de direito de superfície.

E a Aethel Mining chegou a propor mil e quinhentos euros (1.500€) mensais. Mesmo assim, não foi aceite, com duas questões: a primeira, porque teriam de ser cinco mil euros (5.000€), e a segunda, porque ao arripio do que é o estudo de impacto ambiental e as plantações que estão previstas, exigiam que fossem castanheiros a ser plantados numa área em que não podem ser plantados castanheiros. Isto seguiu para o Sr. Secretário de Estado, João Galamba, com quem estive a falar. A ideia do Sr. Secretário era uma terceira via, que seria pedir mais uma peritagem, e foi para o Sr. Ministro do Ambiente. Julgo que na quinta-feira ficou resolvido o problema com a DGEG e com a APA, efetivamente já há a possibilidade de, neste primeiro momento, ser tratado o cascalho, porque foram ganhos os concursos internacionais, e onde foi privilegiada a Linha do Douro, com um comboio por dia, trinta dias por mês. Estou a dar-vos esta informação através da informação que me foi dada pela empresa, mas não a tenho oficialmente ainda. E é o que eu vos posso dizer nesta situação.-----

Quanto à armazenagem, estão a negociar com detentores de lotes da zona industrial para fazerem ali a armazenagem na zona industrial do Larinho.-----

Sr. Deputado José Aires, foi uma lição brilhante do Código da Contratação Pública, pena é que o que se lê nos livros tenha que saber ser interpretado. E permita-me dizer-lhe uma coisa que eu nunca farei: é lançar concursos públicos a três dias de eleições autárquicas, como foi a 27 de setembro de 2013, sendo esta Câmara obrigada a anular o contrato de pavimentações da vila. Sabe quem o assinou? É fácil de ver, não é?-----

Segundo, Sr. Deputado José Aires, como sabe, estamos nos contratos de pré-reforma, também foi feito um pedido pela responsável do Museu do Castelo. Sabe quem é, não sabe? Estamos à espera que terminem algumas coisas.-----

E vou dizer-lhe, quanto a direito – já que quer discutir, e peço desculpa aos outros que aqui estão: sabe o que são reprogramações? Sabe o que é o PROVERE? Sabe que o PROVERE ainda nem sequer está em execução em muitos dos concelhos da CIMDouro? É que não devia ver as datas, só devia ver as datas das reprogramações, que são aprovadas pela CCDRN, e só a partir daí é que se podem publicitar. E nenhuma está em atraso, pode ter a certeza. São essas datas que têm. Eu até fico admirado, como é que o senhor não faz uma retrospectiva a ver onde é que estão as placas de algumas ETAR's que correm a céu aberto, e outras que não são existentes. Eu gostava que o senhor fizesse isso; isso é que era importante fazer, uma retrospectiva para trazer cá. E só lhe peço de 2000 para a frente.-----

Portanto, tudo muito certo do que disse da contratação pública, tudo muito errado nos casos concretos da contratação pública. Portanto, de zero a vinte, nem cinco tinha para ir a uma oral, porque tudo o que disse, para além de errado, não tem a menor noção do que está a dizer.-----

E depois, coisas do senso comum, que nem precisa de ir a um livro. Fala-me de março; então, no dia 13 de março, não foi quando suspendemos tudo em confinamento. Como é que queria

que terminássemos tudo, quando o subempreiteiro até é de Lousada? Temos que ser sérios nas coisas que dizemos. E vou dizer-lhe uma coisa: dos dezanove Municípios, só três têm o PROVERE em andamento. Escreva isso, que vai ficar contente: Sabrosa, Mesão Frio e Torre de Moncorvo. Todos os outros, ainda não têm PROVERE, nem têm a decisão final dos montantes. E sabe por quê? Porque decidimos avançar na primeira fase, e prescindimos de outros valores, para não termos que ir novamente a um concurso que poderia trazer complicações. E por isso, avançámos com o PROVERE. E não se esqueça que toda a fase do PROVERE é desde o projeto, aquisição da casa, e depois, lançamento do concurso público. E estou certo que antes de finalizar a data, estará finalizada, juntamente com todas as ruas do centro histórico – e que também se esqueceu de dizer isso, quem aqui criticou, penso que foi salvo erro, em 1992, ou coisa por aí, quando decidiram aplicar na Rua do Poço alcatrão por cima do rachão que existia. Isso, sim, é um atentado histórico, e que não levava ninguém àquela rua – estou a falar de alcatrão, não estou a falar de paralelo.-----

E portanto, sabe que eu tenho consciência do que é que pode acontecer, porque ao contrário de antes, estou muito habituado às denúncias anónimas, e a responder-lhe. Eu posso dizer-lhe que no POSEUR, temos o Estado em tribunal, o Ministério do Ambiente, a APA, o Programa Operacional POSEUR, colocámos todos em tribunal. Sabe por quê? Porque no regulamento do concurso dizia “por cada projeto, um procedimento”. Sr. Deputado, o que é que entende por isto? Se eu faço um procedimento do Larinho a Moncorvo, é um procedimento; se faço um na Lousa, é um procedimento, é um projeto. Pois, tivemos de fazer cerca de vinte, e em reunião com o Sr. Secretário de Estado de então, o Eng.º Carlos Martins. E tudo era a oitenta e cinco por cento (85%). No meio das candidaturas, quando já não havia dinheiro, e ninguém tinha coragem de dizer que não havia dinheiro, reduziram esse montante para sessenta por cento (60%), ou seja, quarenta por cento (40%) foi retirado. E já que sabe tanto de regulamentos, o regulamento europeu diz que se pode tirar cinco por cento (5%) não cumprindo as regras; não se pode tirar vinte e cinco (25%), nem quinze (15%), e mesmo os cinco por cento (5%), se for superior a cinco milhões de euros (5.000.000€) num contrato elaborado pelo CCP. Ora, nenhum tinha cinco milhões (5.000.000€); no global, tínhamos perto de dois milhões (2.000.000€). E tiraram-nos. E por isso, não tivemos medo nenhum de ir, enquanto estávamos a fazer mais candidaturas, contra o Estado, e está a decorrer a ação. Eu gostaria que hoje já tivesse a decisão, mas também foram interrompidos os prazos. Portanto, não temos esse problema.-----

E há uma coisa que podem criticar ideologicamente, mas aquilo que eu puder ir buscar para o Concelho de Torre de Moncorvo, vou buscá-lo, podem ter a certeza, seja de que forma for.-----
Quanto a placas, uns criticam porque pomos muitas placas, outros criticam porque não pomos placas. As placas de informação obviamente serão colocadas sempre, quando for aceite totalmente, porque quando temos aqui obras que, como já viram, dizem “em conta final”, quer

dizer o quê? E por isso é que não está o Museu do Castelo, o Museu do Castelo está em musealização neste momento. A musealização, se vir o caderno de encargos, é uma obrigação do empreiteiro de contratar uma empresa que faça a musealização, onde estão duas pessoas encarregues pelo Município de ver essa musealização, o Dr. Néilson e a Arq.^a Ana Rodrigues. E portanto, só quando estiverem todos de acordo é que pode ser feita a musealização, mas está adjudicado, não pelo Município, mas pelo próprio empreiteiro. Portanto, quanto a isso, estamos seguramente, mas seguramente mesmo, sem problema nenhum com a aplicação das placas. O Sr. Deputado deve recordar-se como é que eram colocadas antigamente, era uma enxurrada delas, sempre que havia necessidade, e punham-se lá. Ainda tivemos, nós próprios, que aplicar algumas, veja bem.-----

Portanto, quanto a isso, esteja à vontade com o requerimento que fizer, eu prefiro que faça, como o fez, do que mandar denúncias anónimas para tudo quanto é sítio, e eu ter que andar a responder a essas denúncias anónimas, e a atrasar muitas vezes dinheiro que devia estar aqui no concelho a ser investido, porque depois nada é célere. Mas, também já estou habituado, e portanto, estejam à vontade.-----

Portanto, concluindo, o Museu do Castelo está na fase da musealização, e não na fase de obra. A parte do Camilo Sobrinho, houve uma parte que são serviços próprios do Município, que é a parte da bombagem, e que a obra teve que ser interrompida, mas que está lá o por quê da interrupção – entretanto, se quiser saber, foi interrompida a empreitada, foi feito um concurso à Fundação EDP, eu acho que é um projeto inovador, fizemos com que as salas e os anfiteatros que estão por baixo da bancada, devidamente equipados, possam acolher, em colaboração com a Dragon Force, para o desporto, apoio letivo às famílias mais carenciadas e a todos os alunos que precisem de apoio, quer psicológico, quer assistente social, quer nas matérias com mais dificuldade. Esse projeto foi aprovado, e foi com oitenta e oito mil euros (88.000€). Portanto, é por isso que a Bancada Camilo Sobrinho está como está, e a ser reavaliada.-----

Deputado Fausto Tiago, eu vou ler-lhe aqui uma coisa, para o Sr. Deputado ter a noção do que é que se passa. Peço-lhe só um bocadinho de paciência, é uma reportagem que saiu num jornal – que provavelmente teve tempo para ler, porque não o vi aqui durante o tempo do Covid a prestar-nos ajuda – que diz: *“Um parque há onze anos em licenciamento”*. Deixe-me dizer-lhe só uma coisa: dos setecentos e cinquenta mil euros (750.000€) de que o senhor falou, foi este Executivo que renegociou as contrapartidas, e não deixava sair, se não fosse um milhão e meio (1.500.000€), que era aquilo que tínhamos previsto, porque estava assinado, três milhões (3.000.000€), menos as taxas, que eram um milhão e meio (1.500.000€). Portanto, contrapartidas de instalação foram assinadas, quer pela empresa, quer pelo Município de Sines, quer pelo Município de Torre de Moncorvo, um milhão de euros (1.000.000€), após – como era já aqui – o início do funcionamento. E diz uma coisa: *“É um dos mais longos licenciamentos de*



um projeto de energia eólica em Portugal, mas não só, é dos licenciamentos mais longos na Europa. Na Irlanda e Reino Unido, os processos tendem a ser longos, mas não mais do que dois anos e meio, comenta Paulo Aidan, gestor português que é um dos cofundadores da Irlandesa Island Renewable Energy. Em causa está um parque eólico que nasceu em 2009, na fase C do concurso eólico lançado pelo Governo de José Sócrates, e estava previsto para Torre de Moncorvo, na região do Alto Douro, mas irá, afinal, ser construído bem mais a sul, com vista para o Oceano Atlântico, em Sines. O nome continuará a ser, em Sines, Parque Eólico de Torre de Moncorvo. O agora denominado Parque Eólico de Morgavel é promovido pela empresa Parque Eólico de Moncorvo...” – veja bem ao que isto chega – “... a sociedade utilizada pela ??? para tentar desenvolver, sem sucesso, um projeto de 60 Mw de energia limpa. Embora tivesse capacidade de ligação à rede elétrica na região Duriense, o projeto somou sucessivas declarações de impacto ambiental desfavoráveis, nos processos de licenciamento iniciados em 2010, 2014 e 2015. Após três DIA negativas e um processo de negociação com a Direção Geral de Energia e Geologia e a Secretaria de Estado da Energia, ficou acordada a mudança do local para outro ponto da rede com capacidade. Assim, em 2018, a ??? propôs ao Estado a realocação do projeto para Sines. Em setembro de 2018, a empresa celebrou com a DGEG um aditamento ao contrato original, de 5 de maio de 2009, e com isso veio uma nova avaliação de impacto ambiental, cuja consulta pública está em curso. O novo parque de Morgavel prevê um investimento de sessenta e seis milhões de euros (66.000.000€)...” – sendo retirados já os quatro milhões (4.000.000€), que estavam previstos aqui setenta milhões (70.000.000€) – “... em quinze torres eólicas. Cada uma terá uma turbina, com potência unitária...”, e depois diz: “Paulo Aidan acredita que o licenciamento ambiental em curso correrá melhor que o relativo a Moncorvo. Sines é uma área menos sensível, estamos perto de refinarias, centrais elétricas e indústria.” E depois diz que “nos termos dos compromissos de 2009, que permitiriam ganhar licença para construir 50 Mw eólicos, mais 10 Mw pelo regime de reforço de potência. Caso o parque de Morgavel avançasse, a ??? irá retribuir dois vírgula cinco por cento (2,5%) da faturação da venda de energia ao Município de Sines, como ocorre com todos os parques eólicos em Portugal, e distribuirá ainda as contrapartidas de três vírgula setenta e cinco milhões (3.750.000€) a Sines e a Torre de Moncorvo.” Penso que respondi à sua pergunta, estamos à espera que haja um parecer favorável.-----

Quanto às camas, as camas foram um trabalho em comum com a Segurança Social e com a Proteção Civil, tínhamos que ter camas de retaguarda, por isso é que vieram aqui para serem vistas, e a própria ULS, os locais onde estavam. E se quiser, fica aí o nome, foi o Dr. Orlando Vaqueiro que me telefonou, que é o Diretor Regional da Segurança Social. E portanto, foram lá colocados a pedido. E mais, foi colocada de reserva uma residencial – a quem eu agradeço também, que foi a Residencial Caçula – para no caso de terem que ser transferidas pessoas,

estar apta e sem ninguém lá, para poder receber utentes não infetados. Foram cinquenta e cinco, trinta num lado, vinte e cinco noutra, e mais uma de reserva, que era a Residencial Caçula.----- Quanto aos testes, não foi só o Município de Torre de Moncorvo que os adquiriu. E digo-lhe uma coisa, cada vez estou mais convicto de que fizemos o que devia ter sido feito, e que se não tivessem sido aqueles testes, não teríamos tido testes nenhuns. E nem sequer vou responder em termos técnicos o porquê de entender que serão mais convenientes, porque às vezes temos razão antes do tempo, mas o tempo vai-nos dando razão; com setenta por cento (70%) de erro nos testes de zaragatoa, com pessoal a ser contratado à pressa para os poder fazer, depois temos os problemas que temos – aliás, Espanha foi bem o espelho disso. Portanto, quanto a isso, deixo para que um dia alguém possa vir... Tenho aqui, se quiser, depois envio-lhe o porquê de uns e outros, e o senhor fará a sua análise crítica, quando assim o entender.----- Agora, não são atos voluntários, sabe porquê? Por uma razão: é que quem necessita, vem bater à porta da Câmara, é o primeiro sítio. E eu vou dizer-lhe aqui uma coisa: provavelmente não será muito longe, haveremos de ter inspeções do IGF, provavelmente da Polícia Judiciária, a dizer: “Então, por que é que puseram um acrílico no Centro de Saúde? Por que é que puseram outro acrílico nos Bombeiros Voluntários de Torre de Moncorvo, para não terem acesso uns aos outros? Não é da vossa competência.” Pois é, mas quando ninguém saía à rua, e quando estávamos com casos aqui em que tínhamos que estar em casulo ou em espelho, foi a Câmara que esteve lá. Eu não sei se teve oportunidade de comer um bom borrego no dia de páscoa, mas eu passei-a dentro da Unidade Local de Saúde, com o exército, e também gostava de a ter passado em família.----- Quanto ao material didático, isso é uma falsa questão. Se ouviu aquilo que eu falei à Agência Lusa, sobre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento do Interior, quando nós dizemos que o IC5 é o que desencrava o nosso interior, como é que podemos dizer que desencrava o nosso interior se não conseguimos ter uma ligação de telemóvel condigna? Tente falar no IC5, e vai ver que não consegue, de dois em dois minutos aquilo cai, se conseguirmos ter dois minutos. E nós sabemos a dificuldade que temos, muitas vezes, na rede de internet. Ou seja, o Peredo deve ser o único sítio que não tem – ainda bem, eu estou a dizer que ainda bem. Eu estou a ver que o Sr. Deputado não foi daqueles que se queixou da torre que construíram perto de uma capela. Foi? Pronto, ainda bem. Mas, agora, não tem problemas de rede. Mas aí, tem que falar com a Junta de Freguesia. Se não fosse essa antena, hoje poderíamos ter outro problema. Não estou a falar da localização, estou a dizer que se não fosse uma antena, tínhamos outra vez esse problema.- E portanto, o que lhe quero dizer é que nenhum aluno ficou sem matéria, e disponibilizámos a todos a matéria que era necessária, e a matéria era recolhida no final da semana para ser entregue à professora. Portanto, todos tiveram acesso ao que devia ser feito. E não fizemos só isso, todas as crianças que tinham, e que nós dizemos que, muitas vezes, a única alimentação



que têm é na escola, todas elas tiveram acesso à alimentação, todas. E aqui, tenho também de agradecer, quer à Santa Casa da Misericórdia, quer ao Lar de Mós, Larinho, Felgueiras, Felgar, Carviçais, com todos eles, juntamente com a escola, trabalhámos em conjunto para que não houvesse uma falha numa única refeição. Portanto, tudo o que era carenciado teve a sua refeição, e tiveram os seus materiais didáticos.-----

Agora, Sr. Deputado, o senhor diz-me assim: “Então, e como é que é se for em setembro?” Pois, se não conseguirmos em setembro, provavelmente, e de acordo com o levantamento que estão a fazer, que são cerca de cento e sessenta e seis alunos, desses cento e sessenta e seis, que dizem que não têm computador – não estamos a falar que não têm telemóveis, porque também dá para ver, e quantos têm telemóveis e não têm computador – desses cento e sessenta e seis, já temos, obviamente, aqui um plano, e vamos ter computadores para aqueles que, efetivamente, necessitem deles, mas que tenham também meios para poder ter, porque ter um computador e não ter internet... O plano de valorização, neste momento, previsto pelo Governo é este: vamos deixar cair a eficiência energética, vamos alocar tudo o que for possível de alocar em termos operacionais, tudo o que estiver no Pacto mais FEDER, retiramos o FEADER, que é agrícola, e a intenção é: todos os professores têm que ter um computador, todos os alunos têm que ter um computador, e na circunscção da escola, todos os que estão a viver nessa circunscção terão internet gratuita. Isto é o que está anunciado pelo Governo, a partir de setembro. Portanto, é uma responsabilidade do Governo, não é nossa. Nós estaremos aqui para ajudar, mas essa é a responsabilidade. E eu estou a dizer isto por esta forma: dia 4 de junho, às dezassete e trinta (17h30), se bem se recorda, no final do Conselho de Ministros, o Sr. Primeiro Ministro vem para a televisão e diz: “Sessenta milhões de euros (60.000.000€) alocados às escolas para retirar o amianto em definitivo”, são cerca de setecentas e setenta e sete – isto em 4 de junho. Pois, agora a proposta é: as CIM's prescindem do pacto, do dinheiro que está no pacto, e metem esse dinheiro para tirar o amianto das escolas. Acho que ficámos bem esclarecidos. E agora saíram as escolas, e só podem ser aquelas que são mapeadas. Eu posso dizer-lhe que Moncorvo já tinha esse problema mais ou menos resolvido com a intervenção que fizemos na escola. A única que vem é a das Cabanas; a única que está prevista na listagem do Governo, do Ministério da Educação, é a das Cabanas, que nem está a ser utilizada. Mas, está lá, porque nós enviámos para lá – já que é para enviar, enviamos tudo. Portanto, isto é para ver o que é que se faz com dinheiros públicos também, Sr. Deputado José Aires. É assim, dizemos umas coisas, depois fazemos outras, andamos aqui em ziguezague.-----

Mais, Sr. Deputado Fausto Tiago, não sei se viu, a CIM Douro disponibilizou, através dos Gabinetes do Investidor, para toda a rede socioeconómica, mas para a agricultura em especial, quer para os vitivinicultores, e aí em duas vertentes, uma que seria obrigar os grandes produtores e compradores a ficarem com os produtos dos vitivinicultores, subsidiando a CIM, pelo menos

em noventa por cento (90%) da produção anterior, aos mesmos preços, fez com que o que fosse em excesso fosse remetido para o Governo, dentro das normas regulamentares da União Europeia, poder ir também para aguardente – que é uma coisa que nós compramos para Espanha, Itália, e não percebemos por que é que não compramos, e veio agora, na semana passada, uma regulamentação do Governo a fazer esse apoio. E depois, também para uma coisa que nós não percebemos por que é que não chegamos a acordo com a Sra. Ministra Ana Abrunhosa – eu acho que ainda vamos chegar, e hoje, quando sair daqui, vou ter essa reunião, porque acho que é importante – o que a CIMDouro defende é que nós devemos manter os postos de trabalho; o que o Governo propõe é financiar o empreendedorismo de novos postos de trabalho. Isto pode parecer o mesmo, mas é de uma diferença enorme. Na nossa região, o que nós queremos manter são os postos de trabalho que aqui estão, enquanto o que o Governo quer fazer é fazer com que empresas que empreguem mais de duas ou três pessoas, com novos postos de trabalho, possam ir buscar fundos. O que nós queremos e fazemos é: dividimos o IAS, mais a Segurança Social, e conseguimos que pelo menos cada empregador que mantenha um posto de trabalho tenha três salários garantidos pelo apoio daquilo que as Câmaras disponibilizam para a CIM. E depois, tínhamos uma proposta – que não fomos inovadores nela, a Eslováquia e a Polónia fizeram isso – que era uma recapitalização financeira. De que forma? Cada Município entregava uma parte do FEF, e depois, por cada habitante, disponibilizava um montante – no caso, dois euros (2€) – e dava como aval a uma instituição bancária que quisesse ser parceria, dava como aval os próprios avais de dezanove Câmaras, e dessa forma conseguíamos criar um bolo para quem quisesse investir. No fundo, foi por isso que chegámos a este montante, que eram vinte milhões de euros (20.000.000€). E por isso, Sr. Deputado, é que hoje iremos estar na CCDR a discutir esta reprogramação. E na reprogramação, imagine, Sr. Deputado José Aires, que dos nove ou dez projetos de eficiência energética que tivemos, e de cinco que estão aprovados, colocávamos lá a placa. E a Sra. Ministra chegou, como estamos agora aqui, e disse: “O que eu aconselho é que deixem cair por completo a eficiência energética”, de forma a alocá-lo a outros projetos mais essenciais, entre os quais as escolas. E as escolas por quê? Porque não há os sessenta milhões (60.000.000€) que o Governo quer, tem que ser dos pactos que tem que sair. E os pactos, só podemos mexer nesse dinheiro se as CIM's aceitarem, porque se não aceitarem, não se mexe. Mas, por que é que eu vou ter, por exemplo – e depois, já entro na questão do Sr. Deputado António Júlio – trinta milhões de euros (30.000.000€) que foram anunciados agora para o IPAC. Muito bem. Cem mil euros (100.000€) por Município – ou seja, cerca de um milhão e novecentos mil (1.900.000€) para a CIMDouro – era para uma coisa que se chamava Cultura para Todos. E a Cultura para Todos, o que é que visava? Visava tão simplesmente isto: incluir minorias e etnias na sociedade, partindo de tradições dessas minorias e etnias. Nós tínhamos um projeto, no valor de cento e vinte e cinco

mil euros (125.000€), que era basicamente para a comunidade cigana e minorias, romenos e búlgaros, que aqui estavam. Muito bem, a Sra. Ministra da Cultura, numa sessão que tivemos, disse que não iria prescindir desse montante, a Sra. Ministra Ana Abrunhosa veio dizer assim: “Eu não obrigo ninguém a desistir da Cultura para Todos; agora, tem que ter isto: influência na comunidade que se pretende, cumprir as normas de afastamento, e o parecer prévio da DGS.” Ora, a partir daqui, é o mesmo que nos dizer: “Mantenham lá isso, mas isso vai, depois, para um bolo, porque não vos vou aprovar nada.” E é este o problema que hoje vivemos, porque o impacto está a ser de tal forma que não sabemos, em determinados apoios, o que é que vamos fazer. Nós temos que ter execução, e a execução está prevista até 2021. E é nessa execução, que se não a atingirmos nesse tipo de programas que podem cair porque o Poder Central não os vai apoiar, porque já percebeu que não dá – e repare, a eficiência energética só pode ir até quarenta por cento (40%), com um pedido de parecer externo da DGEG, que a meio do projeto pode dizer isto: o *payback* que está para vinte e cinco anos não vai ser sustentável, nem vamos conseguir ter, e portanto, retira-se, e ficamos ali com dinheiro que não vai servir de nada para nós, e que vamos ter que o entregar. E não se esqueçam de outra coisa: é que houve uma alteração que pode ser extremamente danosa para nós. Eu recorde-me que o Sr. Presidente da CCDR dizia uma coisa que era interessante, dizia assim: a Comissão Europeia quer retirar isto por causa de Itália, quer retirar das zonas em que tem que haver uma maior imputação de verbas para a convergência para as zonas de incidência do Covid. Isto fazia o quê? Com que Nápoles, por exemplo, que em Itália é a zona que tem mais para a convergência, lhe fossem retirados fundos e fossem aplicados na Lombardia, que é das zonas mais ricas. E na altura, dizia o Presidente da CCDR: nós temos aqui o norte com um maior número de incidência, e com a necessidade da convergência. Isto vai ser tudo reavaliado por causa de Lisboa e Vale do Tejo, que não é zona de convergência, mas pode ser zona de incidência.-----

Portanto, tudo isto que está aqui neste bolo, nós não sabemos o que é que pode acontecer. Mas, uma coisa é certa: as obras que aqui estão, estão a decorrer, e estão a decorrer a bom ritmo, e vamos tê-las prontas.-----

Sr. António Júlio, eu não podia estar mais de acordo consigo sobre a ecopista. Nós próprios tivemos várias reuniões, a última das quais com o administrador da Dourogás, que se comprometeu a vir para o terreno, e passados dois dias tem um AVC. Isto aconteceu. Falei com a pessoa que o está neste momento a substituir, o Eng.º Francisco Moreira, que se prontificou a vir aqui – tivemos também um problema de betuminoso, porque estiveram paradas as pedreiras, e não havia quem produzisse betuminoso. Mas, a proposta é com trabalhadores nossos, que já estão a fazer de Carviçais para cá a manutenção, e com eles, porque a parte do Larinho para Torre de Moncorvo, que é a que está pior, foi por causa das obras da Dourogás. E portanto, as cauções estão lá, se não o fizerem, não há receção de obra, porque ainda está aqui um estaleiro

na própria vila, não a vamos rececionar, como é óbvio, se não estiver em condições. Agora, é preciso explicar às pessoas, em vez de aproveitamentos políticos, e dizer assim: houve uma empreitada, há uma concessão do Estado, e portanto, eles têm que repor o que nós tínhamos, e digo-lhe que não há semana nenhuma em que a Divisão Técnica não faça um *e-mail* para lá, que os próprios fiscais não vão lá, não tirem fotografias, e que reportem tudo isto à administração. E vai ser daquelas que se não correr bem, vai terminar no contencioso, não tenho a menor dúvida. Eu ainda espero que corra bem, espero.-----

Quanto à Pensão Marrana, palavras do Sr. Deputado, responsabilidade do Município. Sr. Deputado, é propriedade do IEFP, ainda, veja bem. E sabe onde é que está? Já nem podemos pôr a culpa ao Passos Coelho, nem à *troika*, ainda está no Gabinete do Ministro das Finanças, à espera. Já fizeram a peritagem, já avaliaram quanto é que valia, quanto é que não valia. O que é certo é que o IEFP está instalado num local que é propriedade do Município, com todas as condições, que serviria de permuta, na altura. Pois, não conseguimos retirar esse nó, e está numa cativação. Aliás, aproveito para vos dizer o seguinte: para quem é agricultor, era muito mais fácil, na parte vitivinícola, se o IVDP – isto só a talhe de foice, o IVDP tem cerca de onze milhões (11.000.000€) cativos no Ministério da Economia que são dos agricultores, das taxas que cada um de vocês paga, onze milhões (11.000.000€). E por quê? Por uma coisa muito simples: porque não tem despesa corrente. Mas, se nós formos perguntar ao agricultor quanto é que sai um ??? aqui, e que sai no Alentejo, se calhar até conseguíamos imputar aqui muita despesa. Pois bem, essa é outra proposta que fizemos: se não der para fazer o financiamento através da alteração do regulamento comunitário para ir buscar à banca diretamente, com o aval das Câmaras, então que ponham no território, se não for os onze milhões (11.000.000€), pelo menos uns cinco milhões (5.000.000€), e isso resolvia grande parte da produção, e da venda, e escoamento, que é o nosso problema, porque muitas das cooperativas estão cheias e não têm capacidade de armazenamento. E por isso, a alteração também em termos do que se poderia fazer na parte do apoio que queríamos dar.-----

Eu tinha aqui também algumas coisas que gostaria de dizer. Sr. Deputado, ninguém mudou o nome do Estádio Municipal Eng.º José Manuel Aires, continua lá. É o Estádio José Manuel Aires. As candidaturas, e tudo isso, continuam com esse nome, nunca ninguém mudou. Deve ter ido ao *Google* ver isso. Não sei se foi ao *Google* ver isso, porque ninguém mudou o nome, continua, Estádio Municipal Eng.º José Aires, exatamente igual.-----

No outro dia, confrontei o Dr. Nelson, porque quem está de frente para a Igreja, a primeira nave, no *Google*, puseram – e depois, com uma série de comentários positivos, alguns até já tinham visto, deve ter sido uma aparição – que aquela era a Capela do Menino Jesus da Cartolinha. E eu, como não sabia, perguntei ao Dr. Nelson se havia também aqui o culto do Menino Jesus da Cartolinha. Ele foi ver, e não, foi um tipo que foi buscar ao *Google*, pôs que esteve lá, e a partir

daí – as redes sociais agora têm essa vantagem democrática, de cada um pensar que pode dizer o que quiser, mesmo que sejam as maiores baboseiras e banalidades; aliás, eu acho que nas redes sociais, aquilo está cheio de inteligentes, só que a maior parte são assintomáticos, e nós não podemos ver onde é que eles andam. A maior parte são assintomáticos, mas é o que temos. Bom, quanto à Argentina, tenho a dizer-lhe uma coisa: já foi enviado um pequeno documentário que era para ser apresentado, sobre o Jorge Luís Borges, no dia 19 de março. O pequeno documentário foi o que foi patrocinado pela Câmara e pela Universidade de San Martín, onde se revela onde é que foi encontrada a certidão de casamento do avô, foi no Uruguai. Entretanto, o Governo Argentino, como sabe, nem para pagar os salários tem dinheiro, e estamos aqui, através do Ministério da Cultura, a ver se nos trinta milhões (30.000.000€) que vão para o IPAC, se conseguimos que a versão alargada – porque há uma versão em que foram ouvidas pessoas, uma série de pessoas, quer na Argentina, quer em Portugal, aqui em Torre de Moncorvo, em várias freguesias, e está pronto. O que é que não está pronto? Não está pronto em termos de formatação de filme, que era isso que iria passar, quer em Buenos Aires, quer aqui em Torre de Moncorvo. Estava previsto, antes desta pandemia, que a Sra. Embaixatriz viesse fazer a apresentação, e iria ser feito um convite à Sra. Ministra da Cultura para vir aqui a este espaço, ao Cinetatro, fazer essa apresentação, e candidatarmo-nos ao IPAC. Ora, com este problema da pandemia, não sei onde é que vamos estar, mas o pequeno documentário – o pequeno, que seria o *trailer* do filme, esse já está disponível, e está na Biblioteca Municipal. Portanto, não pense que não se fez nada; fez-se a recolha de muita coisa, incluindo a descoberta da certidão de casamento do avô, que efetivamente era de Moncorvo. Só que andámos a procurar aqui na Argentina, e foi no Uruguai que ele casou. Mas, também temos que ver que, quer o Uruguai, quer o Peru, quer o Chile, quer a Argentina, o general que combatia era o mesmo, José Luís Martín, e portanto, era ele que percorria todas essas partes, e o exército andava para trás e para a frente, e ele andaria também com o exército.-----

Quanto aos parqueamentos, é verdade, teremos que os retirar, isso se não for para pagar, porque eu sou sincero, este ano não, mas eu não sei se não seria útil, até para os próprios comerciantes, o parqueamento ser pago, por forma a que não sejam os próprios comerciantes a deixar lá o carro deles durante todos os dias, e quem quer ir às compras não tem onde parquear. Não tem, estão sempre ocupados. Mas, isso será uma medida para vir aqui.-----

Quanto aos reclames, está a ser – eu penso que até já está feito, um regulamento, para o qual foi pedido o apoio da Direção Regional de Cultura do Norte, e notificadas já algumas pessoas, a dizer que a publicidade que é colocada não vai ser aprovada, nos termos da regulamentação dos centros históricos. Portanto, quando vier, há de vir também aqui já com o contributo da Direção Regional de Cultura do Norte. Acho que é a Arq.^a Carla Cruz que está na parte da Direção Regional, e o Eng.^o Bruno Nogueira, com o levantamento que foi feito de toda a

publicidade. Está para sair um regulamento, e depois terá que ser esse regulamento a ser aplicado.-----

A ligação Horta – Nabo, ou Ribeira Grande – Nabo, é assim que está, era um projeto que já vinha desde 2015, começou a ser negociado com a Câmara Municipal de Vila Flor. Por um motivo ou por outro, não se conseguiu chegar a um acordo no mandato passado, chegou-se agora a acordo, foi aprovado na Câmara Municipal, quer de Torre de Moncorvo, quer de Vila Flor. Como a maior extensão é de Vila Flor, vão ser eles a lançar o procedimento, e nós teremos um técnico a acompanhar a obra, e obviamente a pagar a nossa participação, que como podem ver à frente, são cerca de vinte e dois mil euros (22.000€), mais IVA. Com isto, conseguiremos ter, penso que serão quatro quilómetros e meio, ou cinco quilómetros, o que nos permite, e para toda aquela zona do concelho, que seja uma mais valia. Chegámos a acordo agora, vem aqui para vosso conhecimento também, e portanto, a empreitada, como eu disse, será a Câmara Municipal de Vila Flor a lançá-la, mas será lançada ainda no decorrer deste mês, ou em julho, seguramente. Quanto às refeições, vocês vão ver aí também que nós trouxemos todas as despesas que foram feitas no Covid, mas não trouxemos uma ficha por trazer – o Presidente da Câmara lembrou-se e pôs isto, ou os Vereadores lembraram-se e puseram isto; não, pusemos o que foi reportado nas fichas oficiais da DGAL, onde estão as refeições a carenciados, bem como as medidas adotadas, porque tiveram que se comprar mochilas térmicas, para não haver contato entre os lares que também forneciam, a Câmara que levava, e a própria escola – teriam que ser deixadas num ponto, eram recolhidas, eram desinfetadas, higienizadas, e assim sucessivamente. Todos os carenciados tiveram refeições, não só os alunos, mas também a população. Agora, pode haver alguns em que não nos chegou a informação.-----

Agora, há uma coisa que a mim me custa muito: é que os Municípios, não têm que ser eles a substituir-se à Segurança Social, nem têm que ser prestadores de serviços da ULS. Ou são parceiros, ou então não têm que ser, nem subservientes, nem prestadores. Para isso, comigo não contem. Ou somos parceiros, e aí tudo bem, têm o Município como aliado, caso contrário os serviços próprios é que têm que assumir a responsabilidade.-----

Penso que respondi a todos, não sei se têm mais alguma questão.-----

Esqueci-me do busto, a pergunta de um milhão de dólares. O busto, o que tem é uma redefinição da praça, e portanto, andar a quadrícula para a frente. É tão simples quanto isso. É verdade – e eu quero deixar aqui claro – que quando apresentei a ideia na Câmara Municipal, dei duas alternativas mais. Uma seria se conseguíssemos – se conseguíssemos – adquirir a casa onde o Campos Monteiro nasceu, que poderia ser ali o Fundo do Campos Monteiro, e na praça que agora ficou toma em hematite, colocar ali o busto em frente da casa. Essa era uma hipótese. A segunda hipótese é um projeto que havemos de trazer aqui, onde vamos ligar a chamada Casa do Chá – que não é uma casa de chá; o projeto é Casa do Chá porque era o nome que tinha –

até ao matadouro. Percorre-se todo o Parque Eng.º Aires Ferreira, e a ideia é que no matadouro estejam sempre permanentes exposições, sempre em permanência, no antigo matadouro, por forma também a percorrer todas as casas que foram recuperadas do Montesinho. E depois, que quem sair da denominada Casa do Chá, onde haverá livros e uma série de coisas, vai ter pequenos recantos onde nomeadamente, depois, o projetista trará cá, e a ideia – e a ideia não é minha, se alguém quiser falar aqui, a pessoa até está presente – será fazer pequenos recantos literários. E quem é que vamos colocar lá? Não é o José, mas é o Jorge Luís Borges, e estará num pequeno recanto e um banco onde, se for possível, as pessoas se sentam e vão ouvir declamações do Jorge Luís Borges, e terá lá um busto. Fazem outro percurso, e encontram o busto do Miguel Torga. E por quê o Miguel Torga? Por causa das caçadas em Urros, em que ele descreve muito bem as caçadas em Urros, e uma pessoa senta-se e ouve aquilo. Depois, passará o anfiteatro onde haverá peças de teatro – porque eu desconfio muito que estes locais vão deixar de ser tão utilizados, e passarão a ser utilizados os locais ao ar livre – teremos peças de teatro, e vamos ter o Saramago. O Saramago, nas descrições das viagens de Portugal, onde fala das amendoeiras em flor. E eu, quando foi a reunião de Câmara, disse, no início: uma vez que nós criámos o Prémio Literário Campos Monteiro, conseguimos que a BTL – atenção, que não foi uma luta fácil, conseguir inserir o nome do Campos Monteiro na BTL, porque estava só o Torga, o Aquilino Ribeiro e o Guerra Junqueiro, entre outros, foi uma luta para colocarmos lá o Campos Monteiro, e conseguimos. Isto tudo é também o complemento do que está na ???, as frases que nós escolhemos destes autores. E portanto, seria fazer um espaço com vários recantos literários, onde poderiam estar – e eu disse que poderíamos colocar o busto do Campos Monteiro logo à entrada, junto ao pequeno lago que está lá e aquele espaço que terá lá para poder ter umas águas e uns sumos, que seria importante termos nessa entrada o Campos Monteiro. E por quê? Porque era de Moncorvo. Mas, o que está, quer na ordem de serviço, quer na própria explicação que foi dada, quer na apresentação agora do projeto pela equipa técnica, é uma quadrícula para a frente, aproveitando o espaço da quadrícula à frente para as grades, para ser visível, quer da Praça Francisco Meireles, quer de trás, colocando lá uma chapa com todas as obras editadas, quer em prosa, quer em poesia, quer em ensaios. E estará lá à frente, porque a maior parte nem sequer sabe quais são. E portanto, é essa a intenção, e será isso o que será feito, e ficará toda a praça livre para o que quisermos também fazer, dando um novo redimensionamento, quer à Câmara, quer agora ao Museu do Castelo, de onde também saiu toda aquela estrutura, e que está ali delineada com blocos de granito. É isto, a grande questão do Campos Monteiro. Portanto, não desapareceu, não se afundou, nada disso; está neste momento a ser também recuperado, porque as letras que estavam para trás já não se viam, e a parte do base do fuste tinha problemas, um esfarelamento do granito.-----

Já agora, dizer-vos outra coisa também, que o Castelo não está de luto, não são agrafos o que está lá, o projeto já o previa. E por quê? Porque ali há uma separação entre a muralha. E portanto, aquele é o estudo, quer da Arq.^a Ana, quer da Direção Regional de Cultura do Norte, para poder estar ali, sem perigo de derrocada. Por isso é que eu digo, há muitos inteligentes, mas são assintomáticos, quando falam de algumas coisas. Está lá para proteger, uma vez que aquilo tem uns grampos enormes como parafusos, e estão dessa forma ali.-----

O que é que se vai colocar lá? Aproveitando que está aquilo ali, para não aparecer aquela faixa ali, vai colocar-se o nome do projeto, Museu do Castelo, tão simples também quanto isso.-----

Tenho dito.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente.-----

Então, passaríamos ao segundo período de intervenções.-----

Sr. Deputado José Aires, faça favor.-----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente.-----

Agradecer também aqui as explicações prestadas pelo Sr. Presidente do Município relativamente às questões que coloquei. Deixar também aqui um requerimento, para depois ser entregue na Mesa, no âmbito da minha intervenção anterior.-----

Dizer aqui ao Sr. Presidente, que referiu – e já não é a primeira vez, já referiu em várias reuniões – a Arq.^a Ana Rodrigues, que, de facto, é minha mãe e trabalhadora no Município. E nesse sentido, só tenho a dizer que merece o mesmo respeito e consideração que qualquer outro funcionário no Município.-----

Lançou aí no ar também relativamente a 2013, e obras que teriam sido adjudicadas, não indicando quem teria sido, mas, efetivamente, foi no tempo do Executivo do Partido Socialista, antes de o senhor tomar posse no seu primeiro mandato, e relativamente a essa questão, se tiver alguma questão – porque eu sei que o meu pai fez parte desse Executivo – e se as normas o permitirem, ele estará presente na próxima reunião para o poder esclarecer relativamente a essa matéria, não tenha qualquer problema, porque deve ser a ele que deve ser colocada a questão.-----

No que concerne ainda também à interpretação das Leis, a informação disponível no sítio da internet do Norte 2020, e dada a interpretação que daí decorre, no meu entender, disforme da opinião veiculada pelo Sr. Presidente, sinto-me com toda a legitimidade para colocar as questões também às entidades competentes. Deixou aí no ar denúncias anónimas; quando eu tenho de dizer, digo-o frontalmente, e quando tenho de fazer, faço, sempre foi assim que eu fiz, e é assim que continuarei a fazer.-----



Ao nível das obras, também deu a explicação que em algumas delas, o prazo de conclusão estaria adiado, ou foi prorrogado por causa da pandemia, e eu até aceito. Ao mesmo tempo, já me custa compreender a questão do busto que foi removido, em tempo de pandemia, em que não era do conhecimento público qualquer projeto prévio. Ou seja, umas foram adiadas durante a pandemia, e outras foram executadas quando nem estavam previstas. Também é uma questão que deixo.-----

E termino, Sr. Presidente. Obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado António Júlio Andrade.-----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Sr. Presidente, eu devo ter sido uma das raras pessoas que criticou a política do anterior Presidente e da anterior Câmara, de esvaziar o centro histórico de Moncorvo com projetos para a periferia. E o seu projeto para recolocar lá em baixo a estátua do Campos Monteiro, será muito bonito, com o escritor argentino, com este e com aquele. Será um projeto grandioso, muito bonito, para grandes cidades, ou coisa parecida, não para vilas como Moncorvo. É que nós já nem temos gente para ocupar os bancos da praça, quanto mais agora para fazer percursos literários lá em baixo. Isto é a minha opinião. Por isso, acho que o lugar de Campos Monteiro é onde estava, no Castelo.-----

Acerca das redes sociais, realmente há muita coisa que se diz lá, muito estúpida, muito parva, isso é um facto. Mas, se calhar também através das redes sociais, se faz mais pela educação cívica dos cidadãos e pela cultura histórica dos cidadãos de Moncorvo do que por muitos serviços que a Câmara tem, e muitos milhares e milhares de euros que gasta. Se calhar até se faz, e de graça.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente, faça favor.-----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado.-----

Sr. Deputado José Aires, lembro-lhe uma coisa: eu disse setembro de 2013, o seu pai era candidato. Portanto, não assinava. É para não haver dúvidas.-----

E quanto ao Museu do Castelo, quando eu falo da Arq.^a Ana, foi porque o projeto andou para ali a marinar uma série de anos no anterior Executivo, e nós assumimo-lo. E vou defendê-lo até ao fim. Acho que não me entendeu no que eu quis dizer das pessoas. Quanto ao resto, acho que faz muito bem.-----

Sr. Deputado António Júlio, eu estou completamente de acordo consigo, sobre as redes sociais. Sabe por quê? Eu até gostava que o Sr. Deputado António Júlio Andrade dissesse – o anterior

Presidente já não está cá, mas eu achava uma piada quando ele dizia: “Em mil, novecentos e noventa e não sei quê, fui ao Peredo...”, fui ali, fui além, e aconteceu isto. Ninguém sabia. Mas, aos vinte e oito dias do mês de junho de 1991, no Cineteatro de Torre de Moncorvo, houve aqui uma reunião com o objetivo de: 1. Rever a toponímia da sede do concelho, nomeadamente propondo o estabelecimento e designação para as artérias em falta; 2. A Comissão de Toponímia estabelecerá o seu calendário de reuniões, de forma objetiva; 3. Constituição. Pela Câmara Municipal, representada pelo Sr. António Olímpio da Silva Moreira, Vereador a meio tempo, pela Assembleia Municipal, representada pelo Sr. Frederico Moita Mesquita, e pelo Sr. Padre Joaquim Manuel Rebelo e António Júlio Andrade. Isto é verdade, não há dúvida. E o que é curioso é que quando foi dado o nome do Largo Abílio Campos Monteiro, por unanimidade, a Comissão de Toponímia que o senhor representava votou contra. Se calhar não se recorda, mas é verdade, votou contra, está aqui na ata. O senhor votou contra, por unanimidade. Mas, tem razão, eu podia deixar e ficava aqui isto, o senhor até está a defender o Campos Monteiro, era para aqui, era para ali, mas o senhor votou contra darem o nome ao largo de Abílio Campos Monteiro, onde está. E eu apoio, se quer que lhe diga, a sua posição, porque era Largo do Castelo, e teve razão. E sabe qual era o nome anterior? Andam aí a dizer que desde 1936... não era Largo Abílio Campos Monteiro, era Largo Alexandre Herculano, que foi proposto pela Comissão do Centenário, que tinha sede em Coimbra, e nunca tinha sido Largo Dr. Abílio Campos Monteiro. Por isso é que eu digo que a maior parte das vezes é uma vergonha quando se fala dessas coisas sem se saber. E se fossemos aqui, isto foi deliberado em 21 de outubro de 1992, pela Câmara Municipal, contrariando o proposto pela Comissão Municipal de Toponímia, que propunha a sua alteração para Largo do Castelo, e isto visto “a designação atribuída a este Largo nunca chegou a impor-se, daí que a Comissão proponha a reposição do antigo nome Largo do Castelo”, assinado pelo Sr. Deputado. Em 30 de março de 1910, deixou de ser Largo dos Paços Municipais, para que passasse a ser Largo Alexandre Herculano. Isto só para dar uma ideia, de 1849 a 1868, passou a ser Largo do Castelo. Em 1869, Largo da Casa Municipal. De 1869 a 1910, Paços Municipais, como também Largo do Castelo, e Largo da Casa Municipal. Ou seja, só em 1992, e contra o parecer da Comissão de Toponímia.-----

O que eu espero é que tanto os que andam por aí a dizer que são tios, avós, que têm cartas, que dão ao espólio, formem uma fundação para adquirir a casa, e ajudem-nos a adquiri-la para fazer um fundo, como merece o escritor Campos Monteiro, porque o que está lá só nos merece uma coisa: repúdio, e devemos ter todos vergonha da ruína em que está. Devemos ter todos vergonha, da ruína em que a casa está.-----

E posto isto, Sr. Deputado, acho que eu devia ter esclarecido a sua posição, e que estou de acordo com ela. Quer saber qual foi a proposta? Uma permuta, com aquilo que o senhor diz que é da Câmara Municipal, que é o edifício que pertence ao IEFP. Propôs-nos essa permuta. Diga-

Ag 1h
A

lhe isso, que fui eu que disse, para ver se ela me contraria. E ali fora, até lhe digo as outras propostas, que não são qualificáveis.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente.-----

Eu estou aqui como cidadão, transitoriamente, já o disse aqui – aliás, o meu mandato termina qualquer dia, também já há vários candidatos – também sou Diretor do Agrupamento de Escolas. Mas, não concordo nada com o que diz o Sr. Deputado Luís Dias. Nós não demos só leite. Eu peço desculpa por fazer este aparte, mas não posso deixar em claro. O Agrupamento de Escolas pediu a todos os Diretores de Turma e professores titulares que vissem junto dos alunos do escalão A e B quais eram os alunos carenciados. Fez-se uma listagem de alunos, depois articulou-se com a Câmara, para que nas aldeias – porque o Agrupamento não tem capacidade, logicamente, de fornecer alimentação nas aldeias – fez-se um trabalho com a Câmara Municipal, com as IPSS's que foram aqui já citadas, e foram servidas todos os dias, até sexta-feira, refeições no Agrupamento de Escolas. E portanto, não foi só o leite; o leite escolar foi dado, mas foram servidas durante estes dias, todos os dias, dezenas e dezenas de refeições, algumas diretamente pelo Agrupamento, outras via autarquia e IPSS's. O leite escolar foi mais um complemento, ou suplemento, que foi dado aos alunos.-----

A partir de hoje – como sabem, as aulas terminaram na sexta-feira, e a partir de hoje vamos ter um problema, que não sei como é que iremos resolver, que é que não há aulas, e o refeitório da Escola Dr. Ramiro Salgado entrará em obras. Não sabemos se iremos poder, ou não, servir refeições. Peço desculpa por estar agora aqui na posição de Diretor do Agrupamento a fazer este esclarecimento, mas não podia deixar passar em claro, porque a ideia que o Sr. Deputado transmitiu é que a escola se limitou a dar leite, parece que era o leite do padre, que se dava antigamente, etc. Não é assim, deram-se refeições aos alunos do escalão A e B que o quiseram. Houve um número considerável de alunos, ou de encarregados de educação, que não quiseram refeições; nós não podíamos obrigar ninguém a levar as refeições. E as refeições foram servidas no Agrupamento e foram servidas nas aldeias e nas casas dos próprios alunos.-----

Faça favor, Sr. Deputado.-----

-----**O Deputado Luís Dias:** Agradecer ao Sr. Diretor da Escola a explicação. A questão foi colocada ao Sr. Presidente, o Sr. Presidente podia ter-me informado, eu não sabia. Apenas citei o relatório, no relatório apenas fala de leite escolar. E há muitas crianças que provavelmente a única refeição que tomam no dia é a refeição que têm na escola. E essa é a minha preocupação. Como a minha base, mais uma vez repito, é o relatório municipal, apenas fala do leite escolar, eu senti-me na obrigação de fazer a questão referente à alimentação. E fico muito contente que

a escola e o Município tenham dado essa alimentação. E ainda bem que me deu a explicação, e saio daqui muito mais satisfeito com a prestação social que a escola deu aos seus alunos.-----
Obrigado.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal **apreciou** a informação escrita do Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal e financeira do Município. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 2 — APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2019. -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **Fausto Tiago (PS)**, **João Pavão (PS)** e **Luís Dias (Coligação PSD/CDS)**.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente da Câmara, faça favor.-----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente.-----

Aqui, vou pedir um bocadinho de paciência, quer à Mesa, quer aos Srs. Deputados, mas irei fazer de uma só vez, quer a prestação de contas, quer a norma de controlo interno, por forma a que não tenhamos que parar para ver ponto a ponto.-----

Referir que, em termos de execução orçamental das receitas correntes, o Município atingiu os noventa e sete ponto dois por cento (97,2%). Ao nível das receitas de capital, tivemos uma execução orçamental de setenta e um ponto vinte e três por cento (71,23%) face ao orçamentado. Apresentamos aqui uma execução orçamental de despesa corrente de noventa e um ponto dezanove por cento (91,19%) – o que quer dizer que o que tínhamos previsto e projetado no Orçamento não estava tão desfasado da realidade quanto isso. A rubrica que teve maior peso na diminuição das despesas correntes foi a aquisição de bens e serviços, com uma variação negativa de setecentos e seis mil euros (706.000€), que conseguimos diminuir. E também uma execução orçamental das despesas de capital de oitenta e cinco ponto vinte e quatro por cento (85,24%), sendo que aqui também diminuimos em mais de um milhão de euros (1.000.000€) na aquisição de bens de capital, e portanto, permitiu-nos ultrapassar os oitenta por cento (80%).-----

Isto permite-nos também a recuperação do equilíbrio financeiro, que foi o que comecei por falar, é extremamente importante para conseguirmos ter um aporte mais vantajoso e com uma maior folga para o quadro que aí se avizinha. E nas amortizações – e lembro que as amortizações são

um custo económico, não são de investimento, é um custo económico das dívidas que existiam – fizemos uma amortização de dois milhões, setecentos e um mil, e sessenta e quatro euros (2.701.064€).-----

Aliando este resultado positivo obtido no presente ano – estamos a falar de 2019, e portanto, isto deveria ter sido apresentado até 30 de abril – verifica-se que tivemos uma recuperação financeira significativa, uma vez que somando estes fatores de aumento de receita e diminuição da despesa, obtemos um *cash flow* significativamente positivo, e meios de autofinanciamento que suportam integralmente a gestão da tesouraria de qualquer ameaça de rutura, que era o ponto preocupante que nos perseguia ano após ano.-----

Nos bens do domínio público, tivemos uma variação positiva num valor bruto de mais de trezentos mil euros (300.000€). Nas imobilizações corpóreas, tivemos um acréscimo no valor bruto de seis milhões, setecentos e trinta e oito mil, quatrocentos e quarenta e um euros (6.738.441€), e no que respeita aos clientes, contribuintes e utentes, no final de 2019, tínhamos um valor de duzentos e quarenta e nove mil euros (249.000€), que se comparássemos com o ano de 2018, tivemos um aumento de oitenta e dois mil euros (82.000€).-----

Quanto ao passivo, o empréstimo a médio e longo prazo, no final do ano de 2019, o saldo apresentava nesta conta o valor global de cerca de oito milhões de euros (8.000.000€), não é novidade para ninguém – sete milhões, novecentos e setenta e seis mil (7.976.000€) – sendo que este valor, que estamos a falar que começou a ser negociado em 2009, e foi contratado em 2012, e começou a ser pago em 2013 e 2014, representa noventa e dois por cento (92%) da dívida total do Município, só o empréstimo a longo prazo para o saneamento financeiro.-----

Entretanto, em relação a 2018, tivemos uma redução do endividamento bancário – porque esse, também temos que o ir pagando – de cerca de trezentos mil euros (300.000€).-----

Nas dívidas a terceiros a curto prazo, temos um valor que se aproxima de um milhão, duzentos e cinquenta mil (1.250.000€), sendo que neste caso há uma redução de seiscentos mil euros (600.000€) face a 2018. E esta redução destas dívidas a terceiros têm a ver muito com a redução da dívida a fornecedores – reduzimos dívida a fornecedores de trezentos e quarenta e cinco mil euros (345.000€) – e portanto, temos uma variação do que estava previsto no plano de saneamento financeiro, em que recuperámos já cerca de quatrocentos e trinta e sete mil euros (437.000€).-----

Em termos de fundos próprios, temos o valor global de vinte e um milhões, trinta e sete mil euros (21.037.000€), que em relação a 2018 representa um aumento de dois milhões, duzentos e trinta e seis (2.236.000€). Quanto mais pagarmos em termos de endividamento, obviamente mais fundos próprios poderemos ter, porque é a partir daí que, depois, podemos também ter algum resultado líquido positivo.-----

Quanto aos proveitos, os proveitos tiveram um aumento de setenta e seis mil euros (76.000€) em termos de vendas de mercadorias e produtos. A prestação de serviços também, tivemos um aumento de cerca de dezoito mil euros (18.000€). E tivemos uma evolução positiva quanto às transferências e subsídios obtidos, de cerca de um milhão de euros (1.000.000€), sendo que comparativamente com o plano de saneamento financeiro, houve uma diminuição de três por cento (3%), o que quer dizer que recuperámos cerca de duzentos e oitenta e três, ponto qualquer coisa, cerca de duzentos e oitenta e cinco mil euros (285.000€).-----

Temos aqui um problema que ainda não está devidamente resolvido, mas está meio resolvido, que nos podia apresentar um valor em termos de saldo muito mais positivo, que é a parte dos trabalhos feitos pela própria entidade – estamos a falar da contabilidade de custos, que já está a ser feita em termos de imputação da despesa, está a ser neste momento parametrizada para os proveitos. E portanto, quando estiver devidamente parametrizada para os proveitos, este saldo vai ser muito mais positivo, porque quando chegamos e fazemos aí um calcetamento, ou uma reposição de betuminoso, pelos nossos próprios meios, o custo é imputado, porque já entra no estaleiro e sai para cada uma das obras, o proveito é que ainda não está a ser parametrizado, apesar de já estar incorporado.-----

Nesses serviços, em termos de custos e perdas extraordinárias, mesmo assim tivemos um decréscimo de vinte e nove por cento (29%), que corresponde a cerca de trezentos e trinta mil euros (330.000€).-----

Quanto à evolução da dívida de curto, médio e longo prazo, temos de realçar que o esforço financeiro desenvolvido por todos – e quando digo “por todos”, digo o Município, a Assembleia Municipal, Juntas de Freguesia, mas neste caso pela gestão do Município – visa muito, desde 2013, e como sempre disse, a redução do endividamento. E neste momento, em termos comparativos com 2019, o valor global do endividamento teve uma diminuição de cerca de meio milhão de euros – estamos a falar de quatrocentos e noventa e sete mil, quatrocentos e um euros (497.401€).-----

A posição do Município à data de 31 de dezembro de 2019, face à dívida total – e isto já em termos apurados, de acordo com a Lei das Finanças Locais e com a DGAL – apresenta uma margem disponível de endividamento – nós tínhamos uma margem negativa, se bem se recordam, quando entrámos, não tínhamos capacidade de endividamento, por isso temos que ir ao plano de saneamento financeiro; neste momento, temos uma margem disponível de endividamento que ascende a dois milhões e setenta e um mil euros (2.071.000€). Isto quer dizer que relativamente ao ano de 2018 para 2019, baixámos a dívida em dez ponto cinquenta e nove por cento (10,59%).-----

Passaríamos agora ao relatório dos ROC's, para termos aqui algumas noções, nomeadamente a análise do acompanhamento económico e financeiro. Muito resumido, para não vos cansar

com números e não terem de ver isto tudo, a informação que eu vos vou dar não é dos serviços do Município, é dos serviços de auditoria.-----

Em relação ao exercício de 2018, o Município registou um aumento de um milhão, cento e quarenta e um mil, e cinquenta e três euros (1.141.053€) no total dos proveitos. Relativamente aos custos, verificou-se uma diminuição global de trezentos e cinco mil, oitocentos e noventa e três euros (305.893€) – ou seja, verifica-se uma evolução favorável da conta de exploração, originando um aumento do resultado líquido em um milhão, quatrocentos e quarenta e seis mil, novecentos e quarenta e seis euros (1.446.946€), o que evidencia um resultado do exercício positivo, em um milhão, seiscentos e trinta e seis mil, seiscentos e quarenta euros (1.636.640€). Tal circunstância evidencia uma recuperação económica, o que se traduz numa capacidade acrescida da consolidação da estrutura financeira, como, de resto, é patente pela evolução do balanço, que traduz a diminuição do endividamento e a melhoria dos indicadores de solvabilidade e de autonomia financeira.-----

Mas, depois, como eu disse, é ainda de relevar o facto de o Município não reconhecer os trabalhos para a própria entidade, realização de obras por administração direta, como proveitos, na parte da incorporação de outros fatores que não sejam materiais, o que se traduz numa subvalorização dos resultados. Ou seja, os custos, nós conseguimos imputá-los; os proveitos estão na parametrização e ainda não saíram no resultado de 2019 – eu espero que saiam já nos resultados de 2020.-----

Depois, entramos aqui propriamente no relatório de gestão, e vamos à frente ver um valor, que foi o valor que nos obriga a ter a primeira revisão, que devia ser até 30 de abril, que foi o resultado líquido, que foi em cerca de dezasseis mil e qualquer coisa euros, e que nesta proposta de aplicação de resultados, temos duas formas de o fazer: ou através do reforço do património, ou através da constituição de reforço de reservas. Neste momento, o que se propõe é que o resultado líquido positivo, de um milhão, seiscentos e trinta e seis mil, sessenta e quatro euros, e doze cêntimos (1.636.064,12€), que foi o que foi apurado no ano de 2019, seja incorporado já em resultados transitados. As prioridades continuam a ser – como bem foi aqui já referido pelos Srs. Deputados, e eu também já o referi – todas as candidaturas que nós temos que ter fechadas, e eu gostava de as ter fechadas até setembro de 2021. A mais complicada poderá ser a escola, mas nós também não nos podemos esquecer de uma coisa: é que o Programa Operacional 2020 devia ter iniciado em 2013, e iniciou-se em 2016, e com o PROVERE, ainda na maior parte dos Municípios a ser ainda objeto de apreciação pela comissão. Como eu disse, da CIMDouro, só três, e esses três porque preferiram ter o PARU e dizer “nós não queremos que mexam no PROVERE”, porque senão ainda estávamos lá todos sem ter início.-----

Portanto, essas são as nossas grandes prioridades para o próximo ano, é terminar e fechar o ano financeiro com os fundos europeus.-----

14.
M

Não posso deixar de salientar, para além da valorização do património judaico e da requalificação da Escola Básica, como é óbvio, e de todas as ETAR's que foram feitas, nós continuamos com três programas na floresta, e continuamos com eles praticamente sem termos um acordo que nos permita disponibilizar verbas, e que seja também possível a plantação, que é a prevenção da floresta contra agentes bióticos e abióticos, rede primária, essa está; depois, temos o protocolo de colaboração com a regularização fluvial da região norte, fundamental, está concluída esta; depois, temos a plantação do Reboredo, e nessa é que estamos com uma série de dificuldades, não da nossa parte, porque estão três projetos e três candidaturas submetidas, mas não temos ainda a aprovação.-----

Entretanto, na demonstração dos resultados, como eu vos dizia, o Município de Torre de Moncorvo apresentava, à data de 31 de dezembro de 2019, um resultado líquido do exercício positivo no valor de um milhão, seiscentos e trinta e seis mil, seiscentos e quarenta euros (1.636.640€). No período de referência, o resultado líquido do exercício teve um aumento de um milhão, quatrocentos e quarenta e seis mil, novecentos e quarenta e sete (1.446.947€), em relação ao ano de 2018. Pode verificar-se também que comparativamente ao ano de 2018, os proveitos registaram um aumento de um milhão, cento e quarenta e um mil, e cinquenta e três euros (1.141.053€), e os custos, uma diminuição de trezentos e cinco mil, oitocentos e noventa e quatro euros (305.894€). Evidencia assim uma recuperação económica que se traduz numa capacidade acrescida de consolidação da estrutura financeira, a qual é notória através da evolução do balanço, que nos permite que haja uma diminuição do endividamento, e por seu lado, que toda a margem legal de endividamento seja maior, o que nos vai permitir, no próximo Quadro Comunitário de Apoio, ter um bocadinho mais de audácia, se isto do Covid não nos alterar isto tudo. E como bem disse o Sr. Deputado João Pavão, vamos ter uma nova realidade: os oitenta e cinco por cento (85%) acabaram, e passará tudo a setenta por cento (70%). Se não tivermos capacidade de endividamento, não conseguimos ir sequer a essas medidas.-----

Os resultados operacionais apresentam, em 2019, um valor positivo, reflexo do aumento significativo dos proveitos, nomeadamente na conta das transferências e subsídios obtidos. Quando nos acusam de que só conseguimos as ETAR's, o que quero dizer é que uma das referências para termos este resultado são as transferências e os subsídios obtidos, que têm que ser através de candidaturas.-----

E também a diminuição significativa dos custos, principalmente ao nível das amortizações do exercício e dos fornecimentos dos serviços externos. Como eu disse, eu espero, e este Executivo espera continuar, para além do investimento e de cumprir as obrigações para com os fornecedores, e com os bancos, também fazer amortizações no valor mínimo – estou a falar de um valor mínimo – de um milhão, duzentos e cinquenta mil euros (1.250.000€) por ano, por forma a conseguirmos atingir os dez milhões (10.000.000€), o que liquidaria a dívida por completo.----

À data da realização da prestação de contas, 30 de abril, como vos disse, a contabilidade de custos encontra-se no primeiro ano de implementação na íntegra, e dado o elevado grau de complexidade da referida contabilidade, ainda não foi possível aferir os respetivos proveitos, como vos disse, apesar de os custos estarem.-----

Relembrar, como vos disse também, que ocupamos o sexto lugar nos oitenta e seis Municípios do norte, com cerca de setecentos euros (700€) por habitante, sendo a média de duzentos euros (200€) por habitante.-----

Algo que nos é muito caro também é a formação dos nossos funcionários. Ao longo de 2019, efetuaram-se as inscrições de cerca de trinta pessoas em ações de formação, num total de cento e quarenta e oito horas, e quinze ações de formação, cujo montante global pago pelo Município foi de seis mil e seiscentos euros (6.600€), dando resposta, assim, a dois grandes objetivos que fixámos logo aquando do Orçamento e nas intenções políticas que tínhamos: proporcionar uma aprendizagem atualizada e promover uma formação especializada.-----

Como nota final nesta parte do relatório de gestão, tenho a mencionar a evolução positiva refletida na presente prestação de contas, e isso evidencia o acerto do caminho prosseguido nos dois últimos mandatos, no sentido do equilíbrio orçamental, alicerçada numa gestão rigorosa, procurando maximizar as receitas, e controlando e reduzindo os custos, mas mantendo a qualidade dos serviços prestados aos munícipes, uma vez que a nossa missão será sempre a satisfação das necessidades coletivas.-----

Não podemos, contudo, ignorar que em março de 2020 foi declarada pela Organização Mundial de Saúde uma pandemia à escala global, denominada por Covid-19. Um pouco antes, mas mais fortemente após essa data, o mundo como o conhecíamos mudou radicalmente, sofrendo em termos de vidas humanas e de constrangimentos nunca vistos na atividade económica. Quando no passado dia 25 de março foram comemorados os vinte e cinco anos do Espaço ???, estavam a generalidade das fronteiras reerguidas, com exceção para a circulação de trabalhadores transfronteiriços e mercadorias – que até isso acabou por ser fechado. Embora existisse a possibilidade de circulação de mercadorias, aquelas que tiveram e têm impacto significativo na circulação de bens, o que irremediavelmente afetará o tráfego numa medida de extensão que, neste momento, ainda não é quantificável.-----

Salientamos que tais factos poderão ter provavelmente um efeito negativo sobre a atividade e a rentabilidade da entidade durante o exercício económico de 2020, não sendo neste momento possível fazer a quantificação dos seus efeitos nas demonstrações financeiras daquele exercício, que está dependente, entre outros, da dimensão temporal e profundidade desta pandemia, assim como da obtenção dos meios financeiros necessários para ultrapassar a fase mais crítica da situação, e também para aprovação do Orçamento Retificativo por parte do Governo.-----

Handwritten initials and scribbles in the top left corner.

E aqui, quero deixar-vos duas notas que são muito importantes. É aposta do Governo que os ajustes diretos possam sofrer uma alteração, por forma a que nas economias locais, não fiquem aqueles três anos dependentes de passar o prazo para poderem concorrer novamente, e o visto do Tribunal de Contas, o Sr. Presidente do Tribunal de Contas defende que não devia haver visto prévio, devia haver era, no terreno, uma efetiva inspeção. Não foi isso que foi assumido pelos Partidos que têm assento Parlamentar, mas foi assumido que o visto prévio passará para setecentos e cinquenta mil euros (750.000€).-----

Outra questão, que a nós já não nos vai resolver o assunto, mas que poderia ter resolvido, é que nas adjudicações por concurso público – estamos a falar de uma variação entre oito (8%) e vinte por cento (20%) – é preferível adjudicar acima da base, dentro desses parâmetros, do que o concurso ficar deserto, porque ficando deserto, tem que se iniciar tudo de novo, ir novamente ao Tribunal de Contas, possibilidade de ficar novamente deserto, e o custo para os serviços e o custo para a Administração Pública é muito maior do que a percentagem de poder exceder a base.-----

O Município, entretanto, adotou diversas medidas destinadas a contribuir para o controlo da evolução do surto pandémico no nosso concelho, e também a apoiar os cidadãos e as empresas do concelho, procurando minimizar os impactos da diminuição da atividade económica, decorrente da declaração do estado de emergência e subseqüentes prorrogações, bem como das medidas restritivas impostas pelo Governo. As medidas adotadas pelo Município originam, para o ano de 2020, um aumento das despesas extraordinárias municipais, nestes quatro meses iniciais do ano. A Câmara Municipal procurou minimizar o impacto dessas despesas de execução no Orçamento Municipal de 2020 com o cancelamento das diversas iniciativas e eventos programados, como a Feira Medieval, o Festival do Solstício, o Encontro de Histórias e Culturas Judaicas e o Summer Fest, que também não vai ser realizado em setembro, como as Festas da Vila também já estão canceladas.-----

Alocaram-se essas verbas previstas em Orçamento, que estavam alocadas aos eventos, para as iniciativas e despesas resultantes do estado de emergência, pelo que se perspetiva que o referido impacto possa ser reduzido, mantendo a evolução positiva que se tem vindo a registar – só que nós não sabemos se vem uma segunda vaga, ou não, e portanto, todos os montantes estão cativos exatamente para – nós não queremos, e esperemos que não, mas se for, teremos que ter esse dinheiro disponível para uma nova fase da pandemia.-----

Esperamos chegar ao final do mandato, em 2021, com dez milhões de euros (10.000.000€) pagos dos empréstimos, com aquilo que nos falta e que vos foi colocado logo no início desta reunião, em que estamos a falar de cerca de sete milhões e setecentos mil euros (7.700.000€). Portanto, esperamos chegar com dez milhões (10.000.000€) pagos de empréstimos, num total de amortizações de um milhão, duzentos e cinquenta mil euros (1.250.000€) / ano.

Continuaremos com as obras em curso e o pagamento aos fornecedores num prazo máximo de trinta dias, sendo que neste período estamos a tentar fazer – e hoje estamos a dia 29, posso dizer-vos que estão os pagamentos feitos de junho, e ainda não o terminámos. E provamos que é possível, com os orçamentos que apresentamos, com as obras que lançamos e com as candidaturas que fazemos, provamos que é possível amortizar dívida, pagar a tempo e horas e investir, que era algo que era impensável até há muito pouco tempo atrás.-----

Portanto, meus senhores, muito obrigado pela vossa atenção. Tentei ser sintético, por forma a que este novo modelo, que agora é do SNC-AP, que vai ter uma alteração que é muito importante também: é que antes era inserido manualmente pelos Srs. Funcionários, e hoje já é retirado do confronto entre as diversas instituições. E portanto, o que está aqui é o que já é retirado do próprio sistema que é enviado.-----

Muito obrigado pela vossa atenção.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente.-----

Sr. Deputado Fausto, faça favor.-----

-----**O Deputado Fausto Tiago:** Eu não sei se ontem viram televisão, apareceu um comentador a queixar-se de um documento, de um acórdão do Tribunal da Relação, um documento com duas mil páginas, e o comentário dele foi: “Isto é feito para ninguém ler.” Bem, agora quase me apetecia dizer o mesmo relativamente à prestação de contas e à ordem de trabalhos desta Assembleia.-----

Lembro-me também que quando o PS era poder, os deputados do PSD queixavam-se que, de facto, estas reuniões, principalmente a da prestação de contas, tinham uma série de documentos, uma série de páginas. Se nós hoje formos contar as páginas desta ordem de trabalhos que consta aqui, são cerca de oitocentas. É evidente que a Câmara não tem culpa disso, mas, de facto, isto é uma situação quase surreal. Em dois dias – por acaso, neste momento, foram quatro – é completamente impossível alguém dizer que leu com consciência aquilo que consta da ordem de trabalhos. Por acaso, desta vez foram quatro, eu consegui ler quase tudo.-----

É evidente que isto são documentos complexos, nós não temos capacidade técnica para os interpretar, e temos que nos basear naquilo que, por exemplo, a auditoria diz. A auditoria aponta pequenas coisas, coisas normais, não há aqui grandes divergências entre aquilo que o Sr. Presidente acabou de dizer e aquilo que a auditoria diz, mas também temos que pensar que as auditorias são auditorias, e se nós pensarmos naquilo que aconteceu em Portugal nos últimos anos, auditorias que hoje eram muito credíveis – se pensarmos, por exemplo, no BES, e outras que tais – passado um ano, ou dois, chegamos à conclusão de que, de facto, aquelas auditorias valiam zero. Eu penso que neste caso não será assim, não sei qual é o mecanismo da

Handwritten marks and signatures in the top left corner.

contratação dos auditores, mas penso que não deveria ser sempre, ou consecutivamente, a mesma empresa a fazer a auditoria às Câmaras. Isso era bom para a Câmara, era bom para todos nós, tem que haver regras muito rígidas, por forma a que se alterasse qual é a empresa que vai fazer a auditoria às diversas Câmaras. Isto não tem nada a ver com a Câmara de Moncorvo, tem a ver com todas as Câmaras. Não sei se essa situação está bem acautelada, mas eu penso que já no ano anterior foi a mesma empresa, este ano continua a ser a mesma empresa, não sei nos anos anteriores como é que era, mas penso que deveríamos ter muito cuidado relativamente a essa questão.-----

E já que este documento tem tantas páginas, eu sugeria também que numa próxima prestação de contas fosse incluída, por exemplo, uma listagem dos ajustes diretos, quais os montantes, quais as pessoas ou as entidades que foram contratadas, de forma a haver uma informação transparente. Até pode dizer para ir ao portal da contratação, e está lá tudo, mas tudo isto que está aqui também está na internet. Eu acho que não ficava mal a Câmara incluir, quando se faz a prestação de contas, ou em todas as reuniões da Assembleia Municipal, trazer uma relação, uma listagem dos contratos por ajuste direto que são feitos, quer mencionando quais são as entidades, mencionando os montantes, e as razões por que se foi obrigado a recorrer a esse procedimento.-----

Quanto à apreciação global da prestação de contas, é evidente que percebemos que está a diminuir a dívida, porque tinha que diminuir, também percebemos que neste caso houve uma diminuição da aquisição de bens e serviços e bens de capital, em algum lado tem que se cortar, eu penso que é o caminho correto, está a diminuir-se a dívida. E se o próximo Quadro Comunitário vai ser mais exigente, nós temos de estar em condições para, depois, podermos concorrer a obras que serão essenciais.-----

Era só isto.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado João Pavão, faça favor.

-----**O Deputado João Pavão:** Isto hoje, depois do combate ao Covid, viemos todos com vontade de debater. Já é meio dia (12h00), e ainda estamos aqui a debater, e é bom sinal.-----

Relativamente à gestão de contas, solicitar só duas ou três informações.-----

Vimos que a dívida teve um crescimento negativo, o que é positivo e de salientar para a gestão do Município. Vimos também que a autarquia recebe mais dinheiro agora do Estado, nos últimos anos, e penso que até a rubrica com os recursos humanos teve um aumento de meio milhão de euros (500.000€), mais ou menos, e acho que isso também se deveu ao programa de integração dos precários.-----

E só aqui uma situação relativamente à capacidade de endividamento legal. Vemos no relatório de execução do saneamento financeiro que a margem absoluta de utilização por parte do Município tem como base a Lei de 2007, por causa do saneamento financeiro que foi contraído em 2010; mas, depois, no relatório de gestão, invocamos a Lei n.º 73, que tem, relativamente às receitas cobradas líquidas, valores diferentes. Ou seja, na Lei anterior, seria pela receita do IRS, dos impostos municipais, das participações do Município no FEF, e esta última é a média da receita cobrada líquida dos últimos três anos. E vejo aqui, não sei se os valores variam, que uma está com dois milhões e setenta e um mil euros (2.071.000€), em margem disponível para utilizar, e a outra está com um milhão, duzentos e quarenta e sete mil (1.247.000€). Só solicitava esse esclarecimento, não sei se o podem fazer.-----

Muito obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Luís Dias.-----

-----**O Deputado Luís Dias:** Obrigado, Sr. Presidente.-----

Vinha apenas declarar a minha satisfação por três factos. Um, o mais importante, o elevado grau de execução orçamental. Poderemos concluir que o documento do Orçamento que nós aprovámos aqui é robusto, está a funcionar.-----

E depois, dois números muito importantes, um que é o saldo primário de 2019, que são dois milhões, trezentos e trinta e quatro mil euros (2.334.000€), estamos no bom sentido, se este dinheiro for para amortizar a dívida – que é o que parece – é um bom sentido. E a evolução da dívida, que de 2015 para 2019, em 2015 tínhamos doze milhões, seiscentos e três, duzentos e setenta e três euros (12.603.273€), e em 2019 temos sete milhões, novecentos e setenta e seis mil, setecentos e dezasseis euros (7.976.716€). Esta diminuição de quase cinco milhões (5.000.000€) é salutar. Mais uma vez, se este saldo primário, de dois milhões (2.000.000€), é para continuar a diminuir a dívida, parece que o Município de Moncorvo vai ter uma saúde financeira que permite concorrer a programas, que até agora não podia.-----

Obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado. Sr. Presidente.-----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado.-----

Sr. Deputado Fausto Tiago, estamos de acordo. Estamos de acordo que cada vez está a ser pior, e quanto mais temos a possibilidade de os próprios gráficos serem gerados pelos próprios organismos oficiais, eu já não me lembrava de ter tanto número e tanta coisa como agora. Aí, estamos completamente de acordo. Só não estamos de acordo na disponibilidade que o

documento teve; nós entregámos aos Srs. Vereadores no dia 30 de abril, foi quando foi a votação. Nós fizemos questão de cumprir todos os prazos, de abril passou para agora, para podermos enviar para o Tribunal de Contas, nós fizemos a aprovação na Câmara para ir até 30 de abril, para não esgotarmos o prazo do órgão executivo. Tal como agora poderíamos ter ido até agosto, e fizemos até 30 de junho, para ainda hoje ser remetido, com a decisão da Assembleia Municipal, para não irmos para além dos prazos que estavam na Lei, atendendo às suspensões de prazos e à prorrogação dos mesmos pelo Tribunal de Contas. Agora, a partir do dia 30 de abril, Sr. Deputado, podia ter tido as contas, como qualquer um. Foram entregues. E portanto, jamais me aconteceria isto a mim, enquanto estava do lado contrário. Sr. Deputado, nós presumimos que haja uma ligação entre o Executivo e a Assembleia Municipal. Isso aí já são contas de outro rosário. Sr. Deputado, sem problemas nenhuns, e os serviços farão isso sem problema, desde que façam chegar à Mesa da Assembleia quem não está já vinculado ao Partido Socialista, por forma a poder receber, enquanto deputado independente, isso nos seus *e-mails*, ou criando um *e-mail* próprio. Sem problema nenhum. O que eu pensava é que entregando isso à Vereação, que a Vereação podia disponibilizar aos Srs. Deputados. Mas, pronto, se é assim, façam chegar, e sem problema nenhum, porque não foi alterada desde 30 de abril. E eu até sou daqueles que acha que quanto mais conhecimento houver das contas, melhor, porque às vezes pode haver algum lapso, e vários olhos a ver será melhor do que alguns.-----

O Sr. Deputado acabou por responder a si próprio, quanto aos ajustes diretos. Eu estava a dizer-lhe que a proposta do atual Governo é alterar a Lei dos ajustes diretos, para poder financiar a economia local. E todos, sejam ajustes diretos, ou não, são todos publicados, que era uma coisa que não acontecia. Basta chegar lá, abrir, e tem tudo publicado – qual é a obra, qual foi a adjudicação. Agora, se me perguntar assim: “Então, por que é que não é a Câmara?” Normalmente, a justificação que a Divisão Técnica dá é a falta de recursos próprios para fazer esta obra. É normalmente esta. E continua a sair mais barato adjudicar, continua.-----

Quanto às questões do Sr. Deputado João Pavão, teve a ver única e exclusivamente com a passagem do POCAL para o SNC-AP. Se reparar – mas, está ali o Dr. Eduardo, que pode explicar melhor do que eu – a atual Lei das Finanças Locais, e o que nos provoca a implementação do SNC-AP, não derogou na totalidade a Lei do POCAL – aliás, regemo-nos pela Lei do POCAL em determinadas questões. Agora, temos aqui, se reparar, a diferença que faz é que vai buscar o total da dívida a terceiros, a margem absoluta e a margem utilizável, um milhão e quarenta e um (1.041.000€), que faz um milhão, duzentos e quarenta e sete (1.247.000€), mas depois, vai-lhe buscar, agora através do SNC-AP, a diminuição da dívida. Tendo a diminuição da dívida, se somar a diminuição da dívida, dá-lhe os dois milhões e setenta e um mil (2.071.000€), que é a diferença. Mas, este gráfico, conforme está, é da DGAL. Temos até à linha de cima o POCAL, depois tem variação da dívida, variação do excesso da dívida, e

margem disponível para utilizar. É nesses dez por cento (10%) que tem de margem utilizável que tem que crescer para lhe aparecer isto. Correto? É só isso. Na próxima, provavelmente já não aparecerá, aparecerá só a parte do SNC-AP.-----

O que foi questionado pelo Sr. Deputado Luís João, a ideia do Executivo, como eu disse, é a diminuição da dívida, para chegarmos ao final do mandato, e seja quem estiver aqui, possa ter uma capacidade financeira que lhe permita ver o novo Quadro Comunitário com uma maior capacidade de ir aos programas, e uma vez que vem de oitenta e cinco (85%) para setenta por cento (70%), ter essa capacidade financeira e a margem para utilizar, uma vez que se vão reduzir também aqueles que são os excecionados, ou seja, os que não entram para o limite legal de endividamento, nesses aí tem que ter essa capacidade financeira. Quanto maior for a nossa margem legal para utilizarmos, mais podemos ir, porque isso vai ser tudo condicionado. E temos esse problema, temos que efetivamente reduzir a dívida para não termos esse problema. E temos já que o relançar, porque nós já entregámos à CCDR, através da CIMDouro – aliás, quero dizer que foi o único que entregou esse documento – uma proposta para programas concretos para o 2030. Foi a única CIM que, quando foi a reunião, entregou um programa do que deveriam ser os projetos para o 2030, só que estamos condicionados, obviamente, à capacidade financeira de todos os Municípios, e agora com outra situação: é que os Municípios *per se* não vão ter a capacidade dos Municípios agregados. Quanto mais agregados estiverem os Municípios, maior é a capacidade de intervenção, por isso é que hoje em dia já existe um comité, que a CIMDouro foi assinar o protocolo, que é o Comité das Regiões. E isto é importantíssimo, isto é extremamente importante, porque a política europeia vai ser filtrada para os Municípios agregados ou para as regiões, e não para os Municípios individualmente, que já há hoje em dia programas a que não podem concorrer – aliás, já há programas hoje em dia, que com menos de cinquenta mil habitantes – e vejam o nosso distrito – estão impedidos de concorrer a coisas tão básicas como a área da água e saneamento, a nível nacional.-----

Penso que respondi a tudo. Muito obrigado, mais uma vez.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente.-----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Esqueci-me de dizer só uma coisa, peço desculpa. O Sr. Deputado perguntou-me dos ROC's, correto? Os ROC's, não é a Câmara que faz os procedimentos. A Associação de Municípios faz os procedimentos, convida os ROC's, e depois adjudica. Nós não somos adjudicatários diretos dos ROC's. Portanto, para a Associação de Municípios, tanto pode ser este, como outro qualquer; é no procedimento que lançam, o que ganhar é o que faz a verificação em termos contabilísticos. O Município não entra nisso.-----

-----O Presidente de Mesa: Obrigado, Sr. Presidente.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea l) no n.º 2 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, das Entidades Intermunicipais e do Associativismo Autárquico, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por maioria, com 24 votos a favor e 4 abstenções** (dos deputados António Júlio Andrade, José Rodrigues Aires, Maria de Lurdes Reis e Fausto Tiago), **apreciar o “Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais” e aprovar a “Prestação de Contas do ano de 2019 que integra o Relatório de Gestão, o Relatório Anual de Auditoria Externa e o Inventário dos Bens”**.-----

-----Não foram apresentadas declarações de voto.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

PONTO 3 – 1.ª REVISÃO: AO ORÇAMENTO DA RECEITA; AO ORÇAMENTO DA DESPESA E AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS.-----

-----Não houve inscrições neste ponto.-----

-----O Presidente de Mesa: Sr. Presidente, faça favor.-----

-----O Presidente da Câmara Municipal: Muito obrigado, Sr. Presidente, será muito rápido.-----
Esta é a primeira revisão, é obrigatória até 30 de abril, é a incorporação dos saldos, o que quer dizer que o que nós temos é que o que nos sobrou do Orçamento anterior, incorporá-lo neste, e explicar-vos onde é que o incorporámos.-----

O saldo é de dezasseis mil, novecentos e noventa e quatro, ponto sessenta e um (16.994,61€), e foi utilizado para reforçar a rubrica nos serviços informáticos. Nós tivemos um problema ali – não fomos só nós, foram várias Câmaras, como souberam, de intrusões, de vírus – e foi utilizado para um procedimento que foi lançado para uma *firewall* para o Município. E foi nisso que foi incorporado, porque com o procedimento, tínhamos que fazer um reforço da rubrica, e foi isso.-

-----O Presidente de Mesa: Obrigado, Sr. Presidente.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, das Entidades Intermunicipais e do Associativismo Autárquico, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou

por maioria, com 25 votos a favor e 3 abstenções (dos deputados António Júlio Andrade, José Rodrigues Aires e Maria de Lurdes Reis) aprovar a “1.ª Revisão ao Orçamento da Receita; 1.ª Revisão ao Orçamento da Despesa e 1.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos”. -

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

PONTO 4 – CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2019.

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Penso que também já foi falado. Sr. Presidente, não sei se quer dizer alguma coisa.-----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Aqui, é só para dizer que a Câmara Municipal votou por unanimidade estes documentos, porque a consolidação é feita pelos revisores oficiais de contas e pelos técnicos oficiais de conta, e uns consolidam com os outros. Ou seja, as entidades consolidadas e as entidades consolidantes só verificam os números, e não passa sequer por uma parte, nem do Executivo... é só contabilístico, ou seja, na apresentação das contas entre as entidades que são consolidadas e as consolidantes, a parte contabilística vê os números, e são aprovados pelas várias Assembleias.-----
Só isso, mais nada.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, das Entidades Intermunicipais e do Associativismo Autárquico, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou por maioria, com 26 votos a favor e 2 abstenções (dos deputados António Júlio Andrade e Maria de Lurdes Reis) aprovar a “Consolidação de Contas do ano 2019”.-----

-----Não foram apresentadas declarações de voto. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

PONTO 5 – APROVAÇÃO DA NORMA DE CONTROLO INTERNO.

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

Handwritten initials and a signature.



-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, faça favor.-----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado.-----

Srs. Deputados, como repararam certamente, quando estivemos a ver aqui as contas e a gestão, dentro dela própria há uma norma de controlo interno. Estamos a falar de uma norma de controlo interno que estava feita ao abrigo do POCAL. Agora temos um novo sistema, que é o SNC-AP, e portanto, a partir de janeiro de 2020, o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, com regras únicas e uniformes para toda a Administração Pública, visa criar condições de uma integração consistente dos subsistemas de contabilidade orçamental, financeira e de gestão. O que é que isso vai permitir? Permite dotar as Administrações Públicas de um sistema orçamental e financeiro mais eficiente e convergente com os sistemas que atualmente vêm sendo adotados a nível internacional, constituindo assim um instrumento fundamental do apoio à gestão.-----

Assim, conforme referido no Ponto 2.9 do POCAL, ponto que não foi objeto de revogação do Decreto-lei n.º 192/2015, de 1 de setembro, que aprova o SNC-AP, a presente norma de controlo interno do Município de Torre de Moncorvo engloba designadamente o plano de organização, políticas, métodos e procedimentos de controlo, bem como todos os outros métodos e procedimentos definidos pelos responsáveis autárquicos que contribuam para assegurar o desenvolvimento da atividade de forma ordenada e eficiente, incluindo a salvaguarda dos ativos, a prevenção e deteção de situações de ilegalidade, fraude ou erro, a exatidão e a integridade dos registos contabilísticos, e a preparação oportuna e fiável da informação orçamental, financeira e de gestão. Por forma a permitir o controlo financeiro e a disponibilização da informação para os órgãos municipais, para a estrutura organizacional, e para as restantes partes interessadas, a norma de controlo interno estabelece as regras e os procedimentos específicos para a execução orçamental e respetivas modificações dos documentos previsionais, uma execução orçamental que terá em consideração os princípios da utilização racional das dotações, da melhor gestão de tesouraria, e maior assertividade para a uniformização dos critérios de provisão, obtenção expedita dos elementos indispensáveis ao cálculo dos agregados relevantes da contabilidade nacional e a disponibilização da informação... *(interrupção na gravação)*.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal de acordo com da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, das Entidades Intermunicipais e do Associativismo Autárquico, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro deliberou **por maioria, com 26 votos a favor e 2 abstenções** *(dos deputados António Júlio Andrade e Maria*

de Lurdes Reis) aprovar a “Norma de Controlo Interno” e que aqui se dá por transcrita para todos os efeitos legais. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

PONTO 6 – BALANÇO SOCIAL 2019.-----

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **José Aires** (PS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, faça favor.-----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Eu aqui diria só duas coisas, se me permitir, Sr. Presidente, e em resposta também ao que o Sr. Deputado Fausto Tiago também fez aqui, temos tudo o que é informação. É para conhecimento, mas desde as despesas que fazemos com a formação profissional, os gabinetes de apoio pessoal, quer ao Presidente, quer aos Vereadores, aos dirigentes equiparados, as despesas com horas despendidas em ações de formação, com formação profissional, com doenças de trabalho – ou seja, aqui tem tudo o que é possível para terem um conhecimento da orgânica da Câmara, desde a contagem do serviço dos trabalhadores, por onde passaram, por onde não passaram, no cargo, na carreira, a vinculação e o género, a contagem dos prestadores de serviços, os que estão na carreira e não estão em prestação de serviços, a contagem da saída dos trabalhadores, por onde é que entraram, por que cargo saíram, que carreira tiveram. Ou seja, para quem trabalhou na Câmara sabe que isto não existia; neste momento, tem aqui detalhado todo o funcionamento da Câmara Municipal, através de todos os seus trabalhadores, e inclui, obviamente, o pessoal eleito, que é talvez aquele que melhor queiram apreciar.-----

É só para conhecimento, obviamente, nós fizemos isso para todos terem conhecimento, dentro da hierarquia municipal, de tudo o que está contabilizado, não esquecendo também já a política do género, para sabermos quantos homens e mulheres existem, também aqui está colocado.---

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente.-----

Sr. Deputado José Aires, faça favor.-----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente.-----

Há pouco nem referi, mas é verdade, quando o Sr. Presidente, ainda relativamente às obras em curso, falou na Rua do Poço e na pavimentação que foi em asfalto, aí concordamos plenamente que em 1992 deveria ter sido adotada outra solução, e não aquela que foi feita na altura.-----

Ao nível aqui do Ponto n.º 6, não é diretamente sobre o Ponto n.º 6, uma vez que é para tomarmos conhecimento, mas está relacionado. Uma vez que diz respeito aos recursos humanos do Município, tenho aqui a seguinte questão, Sr. Presidente: consultada a página eletrónica do Município, verifica-se que o SIADAP para o biénio 2019-20 ainda não foi iniciado. Faltam seis meses para o término do biénio, e o Conselho Coordenador de Avaliação ainda nem sequer foi designado por V. Exa. Nesta altura, é impossível o cumprimento dos prazos estipulados na Legislação em vigor. Quem sairá prejudicado com esta situação são os trabalhadores do Município, a quem, no início de 2019, deveriam ter sido fixados os objetivos e contratualizados os parâmetros de avaliação. Tendo em conta que o Município contratou serviços externos para a prestação de serviços específicos na área da avaliação de desempenho, no valor de quarenta e nove mil, oitocentos e quinze euros (49.815€), por que motivo o processo não está a ser cumprido?-----

E é tudo. Obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente, faça favor.-----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado.-----

Não é a informação que eu tenho, mas vou tentar inteirar-me dessa situação, sendo certo que lhe garanto que os funcionários não serão, de certeza absoluta, prejudicados, desde que cumpram as funções que devem cumprir, e desde que consigam atingir as metas para aquilo que estão contratados. Ninguém será prejudicado. Mas, tenho quase a certeza – e não sou eu, a Sra. Vereadora está a dizer-me que sim, e portanto, eu acredito. Mas, eu verificarei isso, e trarei esses dados na próxima Assembleia.-----

-----**A Vereadora Maria da Piedade Meneses:** ... eles assinaram a ficha em tempo útil, relativamente ao biénio em causa. A única coisa que eventualmente pode não estar atualizada é mesmo a questão de o *site* do Município não reportar esses dados.-----

Quanto ao trabalho feito com os respetivos trabalhadores, foram feitas reuniões individualizadas com cada trabalhador para a definição dos objetivos e assinatura das respetivas propostas para o biénio. No entanto, nós vamos verificar a situação relativamente à atualização dos dados no *site*.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado, não sei se está esclarecido. Então, estando esclarecido, passaremos ao ponto seguinte, e depois serão prestadas, na próxima reunião, as informações relativas a este ponto.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, das Entidades Intermunicipais e do Associativismo Autárquico, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro **tomou conhecimento do “Balanço Social 2019”**.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

PONTO 7 – APROVAÇÃO DE REGULAMENTOS MUNICIPAIS: - REGULAMENTO MUNICIPAL RESPEITANTE AO INCENTIVO E PROMOÇÃO DO CONTROLO DA REPRODUÇÃO DE ANIMAIS DE COMPANHIA; - REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS DO MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO; - REGULAMENTO DO ARQUIVO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO; - REGULAMENTO DE APOIO HABITACIONAL A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS.-----

-----Não houve inscrições neste ponto.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, faça favor.-----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Eu explico já, mas só dar aqui uma explicação complementar: nós vamos ver o que é que se passa, mas, Sr. Deputado, fique com esta nota: estamos em 2020, correto? Foi feita a avaliação de 2019, 2019-20, que estamos a falar. Quando entrámos, estava a ser a de 2010, estava por executar. Mas, vamos ver isso, porque é importante.-----

Estes regulamentos, são quatro regulamentos, já foram votados na Câmara e na Assembleia. Se bem se recordam, depois tinham que vir trinta dias para pronúncia pública. Não houve nenhuma alteração, voltamos a trazê-los aqui à Assembleia Municipal para serem votados novamente, sendo certo que, como não houve alteração, é o mesmo texto que já aqui foi apresentado na Assembleia Municipal. Só que com o Covid, arrastou-se até à primeira Assembleia, que é esta.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente.-----

Como diz ali na introdução, está aí a referência dos trinta dias. Enfim, isto atrasou a vida de todos. Mas, isso agora não interessa.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, das Entidades Intermunicipais e do Associativismo Autárquico, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por**

unanimidade, aprovar os “Regulamentos Municipais supra identificados” que aqui se dão por transcritos para todos os efeitos legais. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

PONTO 8 – PROTOCOLO DA PAVIMENTAÇÃO DE CAMINHO ENTRE O CONCELHO DE TORRE DE MONCORVO E O CONCELHO DE VILA FLOR. -----

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **Mário Miranda** (Coligação PSD/CDS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Passamos ao Ponto n.º 8, que já foi afluído no início pelo Sr. Deputado Luís Dias e pelo Sr. Presidente da Câmara, que é o Protocolo da Pavimentação de Caminho entre o Concelho de Torre de Moncorvo e o Concelho de Vila Flor.-----
Já foram prestados alguns esclarecimentos, não sei se o Sr. Presidente quer acrescentar alguma coisa.-----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente, se me permite, é só dizer que é a concretização de algo que já vinha desde 2015, entre os dois Municípios. Conseguiu-se agora fazer este protocolo, é para conhecimento, está devidamente cabimentado, e caberá ao Município de Torre de Moncorvo vinte e dois mil, trezentos e noventa e dois, ponto cinquenta euros (22.392,50€), já com IVA incluído, para fazermos a ligação, que agora mais concretamente terá a denominação Capela – Barragem do Arco da Ribeira Grande.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Mário Miranda, faça favor.-----

-----**O Deputado Mário Miranda:** Boa tarde.-----

Só para dizer o seguinte: com o arranjo desta estrada, o pessoal da Horta, daquela zona, para ir para Vila Flor e para Mirandela, poupam doze quilómetros de cada vez, para lá e para cá – doze para lá e doze para cá. É uma obra que é bem querida para as gentes da Horta.-----
Tenho dito.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto alínea a) do n.º 2 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, das Entidades Intermunicipais e do Associativismo Autárquico, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **tomou**

14.
A

conhecimento do “Protocolo da Pavimentação de Caminho entre o Concelho de Torre de Moncorvo e o Concelho de Vila Flor” que aqui se dá por transcrito para todos os efeitos legais.

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

PONTO 9 – PROTOCOLO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE TORRE DE MONCORVO E A ÁGUAS DO INTERIOR NORTE E.I.M., S.A -----

-----Inscreveram-se para intervir os deputados **João Pavão (PS)**, **José Aires (PS)**, **António Júlio Andrade (PS)**, **Fausto Tiago (PS)** e **Manuel Dinis (Coligação PSD/CDS)**.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Faça favor, Sr. Presidente.-----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente, muito obrigado.-----

Dar-vos aqui só uma breve explicação de como mudou o paradigma das águas e dos saneamentos.-----

Na altura, quando foi lançado pelo POSEUR, a intenção era acabar com tudo o que não fosse ETAR's, e que a população, na maior parte possível, conseguisse ter o acesso a água tratada nas suas casas. E lançou-se, na altura, um programa em que as Câmaras poderiam candidatar-se, e onde era excecionado o limite legal de endividamento – era excecionado para as Câmaras. A Câmara de Moncorvo, nessa candidatura, como algumas outras Câmaras, fez uma série de candidaturas, nomeadamente, só para termos uma ideia: a requalificação das unidades de tratamento de águas residuais e fecho do subsistema de Urros, requalificação de unidades de tratamento de águas residuais e fecho do subsistema da Vide, requalificação de unidades de tratamento de águas residuais da Cardenha, requalificação de unidade de tratamento de águas residuais de Peredo dos Castelhanos, redução da poluição das massas de água com soluções adequadas para pequenos aglomerados na Junqueira, os investimentos em infraestruturas de saneamento e águas residuais, com vista à resolução de situações de tratamento inadequado em territórios de baixa densidade, que é a construção da ETAR da Adeganha, a requalificação de unidades de tratamento de águas residuais dos Estevais, o fecho da SAR de Moncorvo, que inclui Felgar, Souto da Velha, Larinho e Torre de Moncorvo, o fecho do subsistema da Açoreira, a requalificação de unidades de tratamento de águas residuais de Maçores, a redução da poluição das massas de água com soluções adequadas para pequenos aglomerados de Nozelos, a remodelação da SAR de Cabeça Boa, a remodelação da SAR de Cabeça de Mouro, o fecho do subsistema da Horta da Vilariça, a ETAR das Cabanas de Baixo e Foz do Sabor, e ETAR da Lousa. Candidatámos também, na altura, a ETAR da Macieirinha, mas como as águas

onde eram feitas as análises eram no Sabor, a mais de vinte quilómetros, não tinham a poluição que dessa forma obrigasse a fazer, ou não. Mas, nós entendemos que sendo a Macieirinha a única localidade que não tinha ligação ainda ao sistema de águas e saneamentos, fizemos de modo próprio, foi a Câmara Municipal que assumiu esta obra, apesar de não ser candidatada.-- Ora, o paradigma alterou, e deixaram de poder ser as pequenas Câmaras – porque os Municípios com mais de cinquenta mil pessoas podem ainda candidatar-se ao POSEUR, ou então os Municípios que estejam agregados em alguma associação, ou em alguma sociedade, como nós estamos. E a partir daí, o que quer dizer é que a maior parte das Câmaras viram os seus projetos rejeitados, porque não cumpriam a parte do número individual de pessoas. E muitos deixaram até cair esse investimento, deixaram-no cair. Para terem uma ideia, a ADIN neste momento tem aprovados para o território vinte e dois milhões de euros (22.000.000€), e o BEI até está a fazer uma candidatura juntamente com a ADIN. Só que Moncorvo aproveitou a primeira fase do POSEUR, e como as viu aprovadas, não ficou sem fazer obra – ainda estávamos a discutir a constituição, ou não, da ADIN.-----

Portanto, o que é que se passa agora? A partir do momento em que estamos aglomerados e agregados com a ADIN, e não temos possibilidades de ser entidade gestora, também nos parece que o investimento que foi feito pelo Município, que corresponde aos quinze por cento (15%) da comparticipação nacional – sendo certo que aqui, volto a dizer, estamos aqui num litígio com o Ministério do Ambiente, com o POSEUR e com a APA por causa da redução para quarenta por cento (40%), o que quer dizer que estamos aqui com obra em que nós sustentámos quarenta por cento (40%), e não os quinze por cento (15%) que tínhamos que sustentar, que saiu dos cofres do Município, porque entendemos que houve uma má interpretação, e tanto assim é que vou dar dois casos e pôr os nomes: Câmara Municipal de Sernancelhe, fez exatamente o procedimento que fez a Câmara Municipal de Moncorvo, teve as candidaturas aprovadas sem cortes orçamentais – também não eram tantas, é verdade; Câmara Municipal de Armamar, estava na reunião, como nós estivemos, com o Sr. Secretário de Estado da altura, Eng.º Carlos Martins, fez por cada obra necessária um procedimento, que era isso que dizia lá, quem ler o regulamento, dizia lá, por obra, um procedimento, fez igual, exatamente como nós. E depois da reunião, o Sr. Presidente de Câmara disse: “Então, o que é que devo fazer?” E eles disseram: “Agregue todas as obras, e faça em uma.” Pronto, agregou, e fez numa, veio chumbada, com esta justificação: “Para cada obra tem que ter um procedimento”. Ora bem, isto não é normal, e daí termos interposto a ação, que corre aqui no Tribunal Administrativo de Mirandela.-----

O que nós aqui estamos a propor é que, uma vez que a Câmara é que pagou a comparticipação nacional, que seja a ADIN agora a suportar todos os custos e a transferir para a Câmara o montante que a Câmara suportou com a participação nacional, que neste momento são

quatrocentos e seis mil euros (406.000€) – ainda poderá ser mais, dependendo do que acontecer no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, e nos recursos que vão haver por aí fora.-----
Basicamente é isto, é a Câmara receber mais de quatrocentos mil euros (400.000€).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente.-----
Sr. Deputado João Pavão, faça favor.-----

-----**O Deputado João Pavão:** -----

-----**Declaração de voto**-----

-Na reunião do dia 18 de abril de 2019, votámos nesta Assembleia a integração do Município de Torre de Moncorvo na empresa intermunicipal Águas do Interior Norte. A integração na referida empresa foi votada por uma maioria de noventa e seis vírgula um por cento (96,1%) dos membros deste órgão. De mencionar que esta medida se tornou imperativa ao abrigo da Legislação europeia, assim como de enorme importância para o desenvolvimento e otimização da rede de saneamento e para intervenções na redução da poluição de massas, assim como no tratamento de águas e respetivo ciclo da mesma.-----

O Município de Torre de Moncorvo tem em execução um investimento global de um milhão e seiscentos mil (1.600.000€) – arredondadamente – sendo este valor conseguido devido ao simples facto de ter apresentado de forma atempada a deliberação da Assembleia Municipal do Executivo em exercício, quanto à intenção de agregar os serviços de gestão da água e saneamento, assim como as operações que se encontrarem plasmadas no Plano de Investimentos de Agregação. A título de exemplo e no âmbito do Aviso POSEUR-12-2017-05, os Municípios com menos de cinquenta mil habitantes não teriam possibilidade de realizar a respetiva candidatura e execução dos projetos, acrescentando ainda a agravante de que não haveria disponibilidade financeira para executar estes investimentos que são importantíssimos para a saúde de todos nós, mas também para o ambiente, e sobretudo da água, um bem precioso para a nossa vida.-----

Sabemos todos de antemão que Torre de Moncorvo sempre foi pioneiro na promoção da qualidade de vida dos munícipes, desde o tempo do ex-Presidente desta edilidade, Eng.º Aires Ferreira, e a ele temos que agradecer a visão de nos ter dotado de uma rede de saneamento que cobria mais de oitenta por cento (80%) do território do concelho, em tempos em que grandes cidades portuguesas tinham saneamento executado a menos de cinquenta por cento (50%) do respetivo território.-----

Contudo, sabemos também que a nossa rede necessita de manutenção, substituição de equipamento, assim como uma verdadeira adaptação às regras de saneamento vigentes. Sem a adesão a esta empresa intermunicipal, seria impossível para o Município de Torre de Moncorvo

renovar a respetiva estrutura. Aliás, se o Município de Torre de Moncorvo tivesse que implementar todos os projetos (mencionados em protocolo) de forma isolada, teria que contrair empréstimos de médio e longo prazo e praticamente esgotar a margem por utilizar de endividamento legal ao abrigo da Lei das Finanças Locais, sendo o mesmo excecionado. Este investimento colocaria também em causa a gestão financeira do Município, uma vez que contrariava de forma absoluta o art.º 9.º da Lei n.º 73/2015, que menciona que *“a atividade financeira das autarquias locais está subordinada ao princípio da equidade na distribuição de benefícios e custos entre gerações, de modo a não onerar excessivamente as gerações futuras, salvaguardando as suas legítimas expectativas através de uma distribuição equilibrada dos custos pelos vários orçamentos num quadro plurianual.”*-----

Para além do exposto – e recentemente – verificou-se que existem movimentos de cidadãos com o objetivo de abordar o assunto da saída da empresa intermunicipal por parte da nossa autarquia, nomeadamente através de petições *online* dando como exemplo o plano de saída do Município de Penacova das Águas do Pinhal Interior. É certo que a saída dessa autarquia está a ser executada, obedecendo aos respetivos padrões legais. Contudo, importa ressaltar o que o Presidente dessa edilidade, Humberto Delgado, referiu numa entrevista, que o Município de Penacova não colocará em execução projetos de saneamento no concelho com valores que ultrapassam os quatro milhões de euros (4.000.000€). Assim, importa aludir que o referido concelho não verá a sua estrutura de saneamento otimizada devido à respetiva saída da empresa intermunicipal.-----

As perguntas que deixo são as seguintes: Como será no futuro? Como vai este Município executar a respetiva obra? Como vai melhorar a respetiva estrutura de esgotos e saneamento? É isto que pretendem as petições para Torre de Moncorvo? Querem que se coloque em causa a gestão financeira da autarquia e a saúde das gerações vindouras?-----

Todos temos o direito a reivindicar e a apresentar motivos de apoiar ou contrariar uma ideia ou projeto, e por isso respeitamos a criação destas petições. É por isso que vivemos em democracia, e todos nesta Assembleia devemos respeitar-nos mutuamente, e sobretudo saber o que todos os Moncorvenses pensam sobre esta matéria, e respeitar sempre a respetiva opinião. Mas, neste campo, a minha sincera e humilde opinião é que caso o Município não aderisse à referida empresa, estaria a colocar em causa a gestão financeira futura, assim como a saúde de todos nós, no que diz respeito à qualidade da água e às respetivas perdas da mesma na rede.-----
Portanto, perante os motivos financeiros, a adesão à empresa intermunicipal de águas encontra-se, na minha opinião, justificada.-----

Para além do exposto, refere-se também que o atual Governo do Partido Socialista incentivou os Municípios portugueses a criar este tipo de empresas, ou agregações municipais, como forma de ganhos de eficiência e de escala, sendo para já a adesão de cerca de sessenta Municípios.

Por conseguinte, refere-se que o Município de Torre de Moncorvo integra uma associação composta por autarquias locais que são participantes da Comunidade Intermunicipal do Douro, juntamente com mais oito autarquias. Menciona-se também que os restantes Municípios – excetuando Alijó e Carrazeda de Ansiães – que integram a CIM Douro associaram-se através da entidade intermunicipal Águas do Douro Sul. Portanto, a adesão à ADIN baseia-se por princípios de gestão territorial, mas também devido aos planos de investimento das CIM's, que são obrigatórios na execução de programas operacionais, ao abrigo dos Fundos de Coesão.-----

De referir também que os Municípios integrantes da CIM de Trás-os-Montes – à qual não pertencemos – já manifestaram também a intenção de entregar a gestão da água em baixa à Resíduos do Nordeste, ou até mesmo criar uma nova entidade intermunicipal, o que por si só demonstra a importância e a necessidade legal deste tipo de agregação.-----

Contudo, ao nível da operacionalidade e no âmbito dos procedimentos iniciais da equipa de recursos humanos da empresa ADIN, podem ter existido falhas no que diz respeito às leituras de contadores, assim como aos respetivos acertos, o que pode ter conduzido a elevados valores na fatura de todos nós. Reforço que todos nós somos residentes no concelho, e portanto, cada um de nós pode ter visto a sua fatura subir para valores com os quais não estávamos habituados. Portanto, é entendível que exista a preocupação dos Moncorvenses na subida da respetiva fatura da água, e é nosso dever zelar pelo bem-estar social e económico de todos os Moncorvenses.-

Todavia, é importante também salientar que o Município de Torre de Moncorvo pode, em sede de ação individual, criar tarifas solidárias, assim como reduzir os preços nos intervalos de consumo, no que diz respeito aos resíduos sólidos, visto que esta receita vai para os cofres da autarquia para efetuar o respetivo pagamento à entidade que recolhe o lixo.-----

Assim, deixo também o repto ao Executivo para que se atenda a estes casos específicos de necessidade económica e social.-----

Contudo, é importante referir igualmente que todos nós somos contribuintes da nova empresa de águas, e todos nós almejamos que os investimentos sejam realizados de forma profícua, e consequentemente a qualidade da água seja melhorada, e que as perdas na rede sejam também elas alvo de um decréscimo.-----

Quando falamos de água, falamos também de ambiente, e todos nós devemos assumir um papel importantíssimo na manutenção deste bem essencial à vida humana.-----

Quero também aqui referir, e realizando uma declaração de interesses, que tenho um familiar que é parte integrante do tecido colaborativo desta empresa, o que demonstra que a adesão a esta empresa por parte do Município de Torre de Moncorvo criou também oportunidades para os jovens do concelho se fixarem. Eu tantas vezes critiquei este Executivo Municipal por em anos transatos criar postos de trabalho precários e não incentivar à fixação de jovens, estando desta forma a contribuir para a diminuição do valor mais importante do nosso concelho, que são as

14
13
12
11
10
9
8
7
6
5
4
3
2
1

pessoas. Se critiquei por não terem o planeamento correto para contribuírem para a fixação de
pessoas, deixo aqui também o meu sublinhar na importância que esta empresa tem para a
fixação de pessoas jovens e para a transição de pessoas que trabalhavam há anos no serviço
de águas da Câmara, e que se encontravam em situações precárias, e passaram a possuir
estabilidade laboral. Tudo isto sem olhar somente para “uma cor da paleta do pintor”.-----

No debate político, podemos manter ou mudar de opinião com base em factos, por isso vivemos
numa democracia, e estarei sempre aqui na defesa dos interesses dos Moncorvenses, e
sobretudo dos jovens deste concelho. Quando se está na Oposição é fácil votar contra, porque
a argumentação pode ser a do “não pelo não”, e muitos recorrem a populismos despropositados
que só semeiam a desinformação. Por isso, o meu voto a favor na adesão à empresa, na
Assembleia do ano passado, teve como ponderação todos os aspetos acima mencionados.-----
O ser humano tem a capacidade de caminhar na incerteza, e todos nós nos deixamos fluir nos
enigmas da vida e pelas características da máquina do cálculo do presente. Porém, este debate
das águas não é um assunto somente do cálculo do presente; é, sim, um momento onde todos
nós estamos a escrever a história do futuro, e não é por ser membro da Bancada da Oposição
que votaria contra. Votei a favor pela defesa de uma posição, pela defesa do futuro do concelho
e do ambiente.-----

Disse.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado José Aires.-----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente.-----

Relativamente a este ponto, não me vou alongar muito, acho que a questão das águas está a
ser debatida na sociedade civil. Certamente, esta adesão à ADIN, estas tarifas que agora são
praticadas, serão discutidas também nesta Assembleia.-----

Mas, relativamente a este protocolo que é aqui trazido, especificamente, eu não encontrei o prazo
de cedência da infraestrutura. Qual é que é o limite temporal? Ou seja, noutros protocolos
semelhantes que existiram com a Águas do Norte, existe um limite temporal. Aqui, se o Executivo
poderia esclarecer qual é esse limite.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente.-----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Agradecer a visão que o Sr. Deputado João Pavão
teve, muito obrigado pela visão que teve, mesmo do que é a ADIN, e do que é a estrutura, e de
quem diariamente trabalha no que são as capacidades ou incapacidades de conseguir
investimento europeu para estas situações. Reconhecemos – e já dissemos isso na Assembleia

9/16
[Handwritten signature]

de dia 23 de junho, que foi a primeira Assembleia que a ADIN fez – que houve erros, que houve problemas na faturação. Mas, de uma coisa não tenho a menor dúvida: é que as pessoas que trabalham lá – não estou a dizer aqueles que fazem a computação, mas as pessoas que trabalham lá, e que têm que se deslocar aos sítios, estão a ser mais eficazes do que na Câmara conseguíamos ser. Disso, não tenho a menor dúvida.-----

E depois, o valor é uma falácia, é uma falácia só de quem não quer ver as situações, porque eu dou-vos aqui um exemplo, que até aos seis metros cúbicos – estamos a falar de água, taxas e saneamento e resíduos sólidos urbanos, tudo – paga-se menos, no escalão zero, menos um e noventa e um (1,91€), no escalão de um metro, menos um e sessenta e seis (1,66€), no escalão de dois, menos um e trinta e nove (1,39€), no escalão de três, menos um e catorze (1,14€), com quatro metros cúbicos, menos zero ponto oitenta e oito (0,88€), com cinco metros cúbicos, menos zero ponto sessenta e dois (0,62€), com seis metros cúbicos, menos zero ponto vinte (0,20€). Depois, no sétimo já se paga mais zero ponto vinte e três (0,23€), no oitavo, mais zero ponto sessenta e seis (0,66€), com nove metros cúbicos, um ponto zero nove (1,09€). É aqui, até ao décimo, que acresce um ponto cinquenta e um (1,51€), onde está a grande maioria das pessoas do Concelho de Torre de Moncorvo. Ou seja, o que lhe vai ser refletido quando isto estiver estabilizado – e eu volto a dizer que acho que houve erros, havia faturas com zero no primeiro mês, depois juntaram duas ou três, aí estamos de acordo que temos que melhorar, e temos que melhorar todos – se foi aqui em Moncorvo, em Vila Real também foi um caos completo. Mas, nós situamo-nos entre os dez metros cúbicos, a maioria da população, e no anterior tarifário pagavam vinte e um ponto quarenta e seis (21,46€); no atual tarifário da ADIN, vinte e dois ponto noventa e sete (22,97€). Estamos a falar disto. Não se esqueçam que nós próprios aqui criámos regulamentos para os apoios às IPSS's, vai haver um novo tarifário nos não domésticos – porque a ADIN já se apercebeu que havia ali uma discrepância, e portanto, vai vir para baixo, vai descer, e tem um escalão intermédio, que em vez de escalão único, passar a ter dois até cinquenta metros cúbicos. Pronto.-----

E depois, dar-vos também só este exemplo: a água, obviamente que é extremamente cara, vai ser o ouro das regiões. Portanto, não podemos encher piscinas com água do sistema normal, não podemos andar a regar com água que esteja tratada, temos de ter essa consciência. Agora, o que surge aí é que houve uma discrepância; não houve. Houve uma má projeção da própria empresa nas faturas que enviou nestes três primeiros meses? Houve. Houve erros? Houve, temos que os admitir. Mas, como eu disse, até aos dez metros cúbicos, que é o grosso da população, estamos a falar de um euro e cinquenta e um (1,51€), com tudo – água, saneamento, resíduos sólidos urbanos e taxas. Eu vou dar-vos um exemplo da Assembleia, que eu acho que foi falado aqui: há uma parte que é recebida pelo Município, que é uma taxa dos resíduos sólidos urbanos, que temos que pagar à Associação de Municípios, que por sua vez paga à Resíduos

do Nordeste. Para terem uma ideia, nós vamos receber cento e vinte e um euros (121€). Ora, obviamente que está errado, temos que receber o montante que é cobrado aos munícipes. Mas, nestes meses, chegou a fatura na sexta-feira, dos cinco euros (5€) que nós apoiamos – quando digo “nós”, nós todos apoiamos, quer em termos de saneamento, quer em termos de água – são setenta e cinco mil euros (75.000€). O Município vai pagar setenta e cinco mil euros (75.000€) pelos munícipes. E portanto, é nessa situação que nós temos que ver verdadeiramente o que se está a passar.-----

E depois, temos também esta possibilidade, que são os vinte e dois milhões de euros (22.000.000€), que de outra forma não conseguiríamos ir, para ter as nossas redes a funcionar. A rede de Torre de Moncorvo – ainda agora, quando estivemos ali na Rua do Castelo, tinha um cano por cima, a que estava por baixo – que depois ficámos todos ali um bocado sem água, se bem se recordam – era em fibrocimento. Era em fibrocimento. E portanto, todas essas têm de desaparecer, todas. E não há nenhum Município sozinho que consiga fazer este investimento. Portanto, não vale a pena andar com devaneios. Qual é o Executivo que não gostava, ainda mais em ano de eleições, de dizer que a água é de borla para todos? Qual era? Mas, não podemos, não podemos entrar em falsas questões, que não são possíveis.-----

E por isso, agradeço ao deputado João Pavão pelo esclarecimento, muito melhor do que eu, que deu aqui a esta Assembleia.-----

Segundo, o Sr. Deputado José Aires, o diapasão não é o mesmo, mas a conclusão do número de anos é a mesma que já estava no contrato da ADIN, são os cinquenta anos. Sempre foi assim, mesmo com a Águas do Norte, se bem se recorda. Portanto, não houve alteração nenhuma, esta é só a compensação do que temos pelo prazo normal, se bem que aqui o pagamento não é diluído nos cinquenta anos, tem de ser imediato, ou no máximo a doze meses. Mas, o que está é no imediato.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente.-----

Para a segunda ronda, faça favor, Sr. Deputado António Júlio.-----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Há coisas que parecem muito bonitas, discursos que podem ser muito bonitos, mas na prática é que nós sentimos. E eu devo dizer, senti um autêntico assalto ao bolso. E eu penso que nós devemos ter possibilidades de continuar a intervir na fixação dos preços e nos regulamentos. Agora, reparem: um cidadão consome vinte metros de água, o preço sobe, é gradativo. Agora, no esgoto, se consome mais água, o esgoto já vai meio tratado. Por que é que há de pagar também o dobro, o triplo ou o quádruplo pelo mesmo esgoto? Deveria pagar menos, porque já vai tratado.-----

14.
5

Mas, há mais: se o cidadão gasta mais água, vai pagar mais pela recolha de lixo. Ora, qual é a lógica disto? Para mim, não há a mínima lógica. Acho que, sim senhor, a água, quanto mais se gasta, paga-se mais, muito bem; agora, não deve, quanto mais saneamento faz, mais pagar, devia ser até ao contrário, porque já vai o saneamento tratado. E depois, que relação tem o consumo da água e o pagamento, com o lixo que recolhem? Eu tenho uma casa no Larinho, pago o dobro pelo lixo que recolhem aqui em Moncorvo do que recolhem no Larinho, quando no Larinho deitei muito mais para os contentores. Eu pago o saneamento. Reparem, o grande problema agora, e o grande problema que vamos ter daqui a vinte anos, em termos de saneamento, vai ser os esgotos das aldeias que vão ficar entupidos, porque há pouca utilização – as casas fecham, há quilómetros de rede que não têm utilização, e eles estão a ser entupidos, e mais cedo ou mais tarde vão ser entupidos, e isso vai criar um grande problema.-----

Ora, qual é a lógica de se pagar muito mais pela manutenção dos esgotos por gastar mais água? Penso que é exatamente o contrário.-----

Eu não vinha preparado para esta intervenção, poderia trazer números concretos, porque o assunto não era este, o assunto que vinha na ordem do dia era diferente, era só a transferência dos pelouros. Mas, uma vez que falaram nisso, também aproveitei. Mas, devemos pensar nisso, e eu acho que na próxima sessão podemos trabalhar números em concreto.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Fausto.-----

-----**O Deputado Fausto Tiago:** Não era para intervir, mas vou aproveitar a oportunidade para fazer uma crítica à Câmara relativamente a este assunto, e um elogio à empresa. Eu andei dois anos para resolver um problema no Peredo, de falta de água lá numa casa, foram lá os serviços da Câmara, identificaram o problema, mudaram o contador, verificaram que o problema era entre o contador e a conduta principal. Passado dois anos, vim várias vezes à Câmara, ia sempre pagar lá a água, com as funcionárias, e elas punham lá uma anotação, três ou quatro vezes, e nada. Aconteceu durante dois anos. A primeira vez que recebi uma fatura da empresa, fui ali pagar aos serviços – não fui ao multibanco, fui aos serviços – e falei com a menina. Ela fez a reclamação na sexta-feira de manhã. Na sexta-feira de tarde, eles foram identificar o problema. Na semana seguinte, terça-feira, estavam lá a resolver o problema. Na quarta-feira, estava a água com a devida pressão. Portanto, isto foi um exemplo prático que eu tive. Eu andei dois anos para resolver um problema com a Câmara, nunca trouxe aqui à Assembleia Municipal, porque acho que não era digno disso, podia ter falado, até falado pessoalmente com a Câmara, mas acho que não valia a pena. Aconteceu exatamente isto que eu estou a dizer, não estou a inventar nada.-----

Quanto às minhas faturas, continuam a ser praticamente iguais àquilo que eram.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente.-----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado.-----

Muito rapidamente, Sr. António Júlio, eu concordo na íntegra com o que o senhor diz, concordo na íntegra, só que temos um problema acima de nós, que se chama ERSAR, que é quem impõe os tarifários, e não temos hipótese de alterar o que quer que seja – podemos criar um tarifário social para as IPSS's, para pessoas desfavorecidas, podemos criar, como criámos, para famílias numerosas, podemos fazer isso, mas depois não podemos fazer. E repare que isto já não é de agora. Imagine um tratamento de água na nossa ETAR, na nossa estação ali; se fosse um dia normal – eu não vou dizer o número concreto que está lá, mas vamos supor que por dia poderiam tratar cinquenta mil metros cúbicos de água, vamos supor, e passavam os cinquenta mil metros cúbicos, era tratada. Mas, no dia de uma enxurrada, de uma trovoadas, passavam lá duzentos mil metros cúbicos. Na fatura que vinha para a Câmara, vinha para pagamento duzentos mil metros cúbicos. Ora, se eles só têm capacidade de tratar cinquenta mil, onde é que eram os outros cento e cinquenta mil? Era fácil, abertura da válvula, passa no contador, é essa fatura que vem, e temos que a pagar sem ser tratada. Por isso é que nestes investimentos dos vinte e dois milhões (22.000.000€), para além de uma coisa que é o cadastro – que está há cinco anos num tribunal para ser decidido, que é uma coisa inacreditável – que nos vai permitir ver fugas, e onde é que existem, para além disso há também o que o deputado Fausto Tiago disse, que são as válvulas reductoras de pressão, ou de aumento ou de redução, é conseguirmos levantar onde estão os contadores, por forma a que águas pluviais que não vão ser tratadas não entrem no contador, são todos esses tratamentos.-----

Agora, o que é que está indexado? E eu aí concordo consigo: quer o saneamento, quer os resíduos sólidos urbanos, estão indexados ao consumo de água. Mas, estão indexados por Lei. O que o senhor me diz, concordo consigo na íntegra, não conseguimos é mudá-lo. Não conseguimos mudá-lo, não consegue; não consegue, porque é uma norma que está estabelecida por Lei nacional, não tem hipótese. Nas eleições, é votar contra, pronto. Tem é de ser no momento, não pode ser agora.-----

Agora, o exemplo que deu, vinte metros de água: vinte metros de água aqui, efetivamente, já é alguém que consome bastante, e o diferencial em vinte mil litros é de treze euros (13€). Eu estou convicto de que não vamos notar muita diferença quando isto estiver tudo delineado. E os serviços, comecei por dizer, e o Sr. Deputado Fausto Tiago confirmou, são prestados de forma, se não for exemplar, pelo menos de uma forma quase exemplar, porque vão aos locais, há uma hierarquia, sabe cada núcleo o que tem que fazer, ou seja, está bem montado.-----

Agora, quanto aos preços, nem eles mexem, nem a ADIN mexe. E nós conseguimos colocar os cinco euros (5€) com muito esforço, para nos aceitarem estes cinco euros (5€) que nós estamos

a suportar, porque o que a ERSAR diz é uma coisa, é que o consumidor tem de ser o pagador. É só isso. E isso, nós não temos capacidade, de alterar essa situação.-----

Mas, efetivamente, o que vem aqui, eu trouxe aqui alguns exemplos para vermos que até aos sete metros cúbicos, desce sempre; a partir daí, tem que subir.-----

E outra coisa que vos quero dizer: quando nós falávamos que tínhamos sessenta (60%) e setenta por cento (70%) – alguns daqui ainda se recordam – de perdas, vieram agora os valores já auditados, e fiquei, como devemos ficar todos muito orgulhosos, por ver que somos o segundo com menos perdas – o primeiro é Vila Real, que já tinha um sistema completamente enquadrado, com vinte e dois por cento (22%), e depois somos nós, com trinta e três vírgula dois (33,2%). Ou seja, dos setenta (70%), reduzimos para trinta e três vírgula dois (33,2%), e ainda não temos o cadastro que nos vai permitir saber onde é que há cada uma das perdas. E isto, a maior parte não era perdas. O que é que era? Era não haver contadores onde havia gasto de água. Não eram perdas, as verdadeiras perdas não eram essas. Mas, com o cadastro, vai-nos permitir, em vez de isolarmos uma parte da vila completamente, podemos isolar rua a rua. Só que esse montante – e são vários milhões que estão em causa, vários milhões, e isso também, quanto menos perdas tivermos, vai-se refletir também no preço, obviamente – esses vários milhões estão dependentes de recursos e recursos em tribunal para uma adjudicação num concurso público. Mas, mesmo assim, estamos em segundo, o que foi um percurso notável, dos sessenta por cento (60%), ou quase setenta (70%), em 2014, até vinte e dois por cento (22%) em 2020.--

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. Queria intervir, Sr. Dinis? Faça favor. Eu apelava a todos algum poder de síntese, devido ao adiantado da hora, e ainda temos aqui quatro pontos para discutir.-----

-----**O Deputado Manuel Dinis:** Bom dia a todos.-----

Eu quero intervir pelo seguinte: não deixo de dar razão ao Sr. António Júlio, porque não está certo, devia ser criada uma taxa única para saneamento, por uma razão muito simples, e eu vou dar um exemplo: a penúltima fatura em minha casa, sucedeu comigo, apareceu-me uma fatura de cento e tal euros. E muito bem, pronto, fomos reclamar – não fui eu, foi a minha filha, foi reclamar. Pagávamos mais de taxa de saneamento do que de água. Conclusão: andamos a saber a razão por quê, fuga de água. Quer dizer, existia, mas não dávamos com ela. Na casa não era, o autoclismo não perdia água, quer dizer, em lado nenhum perdia água. Como a extensão do ramal é grande, atravessa o quintal para uns anexos, havia uma fuga de água debaixo de terra. Ora, e tivemos que pagar a taxa com base no consumo da água, uma coisa que não está certa, porque essa água não foi para o saneamento, essa água não foi tratada na ETAR. Portanto, eu vou votar contra, eu acho que a taxa de saneamento devia ter taxa única.---

É só.-----

-----O Presidente de Mesa: Obrigado, Sr. Deputado.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, das Entidades Intermunicipais e do Associativismo Autárquico, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **tomou conhecimento do “Protocolo entre a Câmara Municipal de Torre de Moncorvo e a Águas do Interior Norte E.I.M., S.A”** que aqui se dá por transcrito para todos os efeitos legais. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

PONTO 10 – ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2020.-----

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

-----O Presidente de Mesa: Sr. Presidente, faça favor. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal: Neste, serei muito rápido. O que é que visa? Nós votámos em dezembro, se bem se recordam, em reunião de Câmara e Assembleia Municipal, e visa vir de encontro ao organograma, e também a colocar as pessoas que saíram para a ADIN – para terem uma ideia, dos cento e sessenta e sete lugares providos do que votámos em dezembro, estão cento e quarenta e quatro agora. E isto visa refletir as aposentações, as pré-reformas, saída de trabalhadores para a ADIN, a equipa de sapadores, mobilidades, comissões de serviço, licenças sem vencimento, contratos de cedência de interesse público e lugares a extinguir após vagarem. No fundo, o que estamos aqui a fazer é pôr de acordo com o que votámos no organograma de 2019, em dezembro.-----

Em dezembro de 2020 – ou seja, meio ano depois – traremos novamente o Mapa de Pessoal, e de seis em seis meses faremos isso, para estarmos todos de acordo com a noção concreta do número de trabalhadores.-----

-----O Presidente de Mesa: Vamos proceder às votações.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, das Entidades Intermunicipais e do Associativismo Autárquico, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por maioria**,

com 27 votos a favor e 1 abstenção (do deputado António Júlio Andrade), aprovar a “Alteração ao Mapa de Pessoal para o ano de 2020”.

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.

PONTO 11 – PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU – DEFINIÇÃO DA ÁREA E REQUISITOS DE RECRUTAMENTO, ESTATUTO REMUNERATÓRIO E CONSTITUIÇÃO DOS JÚRIS.

-----Não houve inscrições neste ponto.

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente.

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito bem. Este é também simples. É o organograma que estava previsto, com os cargos de direção intermédia de 3.º grau. A competência para nomear o júri que é proposto é da Assembleia Municipal. Não estamos a falar de procedimento, o procedimento concursal será depois; é só nomeação de júris para poderem fazer os procedimentos.

E já agora, eu esqueci-me há bocadinho de dizer uma coisa: não é verdade que fizemos uma contratação externa para o SIADAP de quarenta e nove mil euros (49.000€), uma vez que, anualmente, é de dezoito mil (18.000€), tem é que se somar. Por isso, temos que ser rigorosos e sérios também nessa parte.

Mas, por mim, era só dizer isto.

-----**O Presidente de Mesa:** Então, passamos à votação.

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal nos termos da n.º 3 do artigo 4.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua atual redação, que adapta à Administração local o Estatuto do Pessoal Dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, deliberou **por maioria, com 26 votos a favor e 2 abstenções** (dos deputados António Júlio Andrade e Maria de Lurdes Reis), **aprovar os “requisitos de recrutamento, o estatuto remuneratório e a constituição dos júris”.**

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.

PONTO 12 – GESTURDOURO – GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS DO DOURO SUPERIOR, LDA.

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **José Aires (PS)**, **António Júlio Andrade (PS)** e **Luís Dias (Coligação PSD/CDS)**.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Faça favor, Sr. Presidente.-----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente.-----

Foi deliberado por unanimidade dar poderes ao Presidente da Câmara, através da deliberação da Câmara Municipal, para autorizar a sociedade a adquirir a quota do sócio, Sr. António Germano Afeto, uma vez que está insolvente, para representar o Município caso exista um investidor que queira comprar até 31 de julho de 2020, e para negociar e alienar a participação do Município, sendo certo que qualquer proposta que haja, há o compromisso do Presidente da Câmara de a apresentar à Câmara Municipal, que a votará, obviamente, e depois a Assembleia Municipal. A questão aqui é: como não temos uma Assembleia Municipal até 31 de julho, e caso haja investidores que queiram investir na sociedade ou adquirir quotas – seja a do Município, seja a de outros – poder dar competência ao Presidente da Câmara para ir, nos vinte por cento (20%) que temos – porque só temos vinte por cento (20%) – assinar também a escritura pública. Basicamente, é esse o pedido que se faz à Assembleia Municipal.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente.-----

Deputado José Aires, faça favor.-----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente.-----

Relativamente a este ponto, fazer um elogio ao Sr. Presidente do Município, estive a ler a transcrição da Assembleia da entidade, e as contas não estavam corretas, e se não fosse o Sr. Presidente a chamar à atenção, provavelmente não aconteceria.-----

Eu queria só colocar uma questão, porque ao ler o relatório, não percebi quem é o Presidente do Conselho de Administração da sociedade, ou pessoa responsável pela gestão da sociedade. É só essa a questão.-----

Obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado António Júlio.-----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Eu não percebo nada de contas, nem de negócios, só queria fazer uma perguntinha, Sr. Presidente: estou errado, ou a Câmara já entrou com cento e quarenta e dois mil euros (142.000€) para esta sociedade?-----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Perfeitamente certo, não errou um euro.-----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Entrou com cento e quarenta e dois mil euros (142.000€) nesta sociedade, e isso foi quando, ou como, porque nos orçamentos, nos relatórios de contas, etc., nunca apareceu aqui nada, pelo menos não me apercebi, nem nunca vi.-----

-----**O Presidente de Mesa:** O Sr. Presidente já responde. Sr. Deputado Luís Dias.-----

-----**O Deputado Luís Dias** Obrigado, Sr. Presidente.-----
Eu apenas queria declarar o meu conflito de interesses, não poderei votar neste ponto.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente.-----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado.-----

Respondendo ao Sr. Deputado José Aires, desde 2013, antes até de 2013, não existia Conselho de Administração, como ainda não existe. O que está nomeado – na altura, o Eng.º Aires Ferreira recusou-se a fazer parte, obrigatoriamente um membro da Administração tem de ser da Câmara, e recusou-se a fazer parte, e delegou esses poderes, salvo erro, não quero mentir, mas penso que no Arq.º Mascarenhas, penso que chegou a ser ele quem estava. A partir de 2013, enquanto não fossem apresentadas contas, o que ocorreu até 2018, a Câmara recusou-se a participar no que quer que fosse; tinham que ser apresentadas as contas, que era para a Câmara também poder pagar, sendo certo que em julho ou agosto de 2013, foram pagos os montantes em dívida pelo Município à sociedade.-----

Neste momento, o Conselho de Administração – se assim lhe quiser chamar, que não é um Conselho de Administração – é constituído pela Câmara Municipal, que é o Presidente da Câmara que está presente, é o Sr. Luís João, que também faz parte, como sócio-gerente, que está presente também, e pelo Sr. Dinis Alves, que também está – são os três. Na altura, estava o Sr. Dinis Alves, o Sr. Fernando Brás e o Sr. Joaquim Morais, e a Câmara. Mas, o que está agora é a Câmara Municipal, o Sr. Dinis e o Sr. Luís João.-----

Quanto ao restante montante, são os montantes suplementares que todos os sócios tiveram de fazer para não estarem em incumprimento com as instituições bancárias, na percentagem que têm do capital, sendo certo que ainda há uma dívida superior a um milhão de euros (1.000.000€).

A Câmara pagou até ao ano passado, como todos os sócios, ou seja, só 2019 é que ainda não pagou. Sim, essas despesas vieram sempre nas contas. Aliás, se bem se recorda, uma das questões que tivemos que trazer aqui foram as contas da Gesturdouro, porque o Município, desde que nós entrámos, não fazia prestações suplementares enquanto não fossem feitas as contas, e as contas, o relatório e contas veio de 2013 a 2017, porque não era feito, e nós recusámo-nos sempre a injetar capital onde quer que fosse sem saber as contas.-----
Agora, o grande problema é a dívida que a sociedade tem. Qual é a atividade da sociedade? A atividade única da sociedade é pagar o empréstimo que tem, não tem mais nada. Tem os ativos, claro, tem ali o solar, tem as casas lá em cima, esses são os ativos, mas o que a sociedade faz basicamente é pagar as contas que tinha, e um processo que estava com a Autoridade Tributária, que se resolveu agora, e que deu razão à sociedade, e que já vinha desde a aquisição do imobiliário.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente.-----
Então, excluindo o Sr. Deputado Luís João, os outros irão votar este ponto.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** Assembleia Municipal nos termos da alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, das Entidades Intermunicipais e do Associativismo Autárquico, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou **por maioria, com 23 votos a favor e 4 abstenções** (dos deputados António Júlio Andrade, José Aires, Maria de Lurdes Reis e António Eduardo Carvalho), **autorizar a empresa adquirir a quota do sócio António Germano Afecto, bem como para alienar a quota que o Município detém na sociedade, conferindo ao Sr. Presidente da Câmara os necessários poderes para negociar, alienar e representar o Município, caso exista um investidor que queira comprar até 31 de julho de 2020.** -----

-----*O Deputado Luís João Dias declarou-se impedido na votação deste assunto, pelo que, se ausentou temporariamente da reunião.* -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

PONTO 13 – APRECIÇÃO DE INFORMAÇÃO RELATIVA AOS ACTOS PRATICADOS AO ABRIGO DA LEI N.º 6/2020, DE 10 DE ABRIL – REGIME EXCEPCIONAL COM VISTA A PROMOVER A CAPACIDADE DE RESPOSTA DAS AUTARQUIAS LOCAIS NO ÂMBITO DA PANDEMIA DA DOENÇA COVID – 19 [ARTIGO 7.º-B, N.º 2]-----

14.
9

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **José Aires** (PS) e **José Meneses** (Coligação PSD/CDS).-----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente, esta é muito fácil. Nós trouxemos para apreciação e conhecimento dos Srs. Deputados o relatório das despesas já devidamente preenchido e enviado para a DGAL. Portanto, o mapa que aqui está já é o mapa da DGAL – atenção, do que tínhamos até ao dia 31 de maio de 2020, que foi o que se forneceu à DGAL, e no qual a DGAL também já tem ali o que foi gasto e efetivamente pago pelo Município, que foram oitenta e dois mil, oitocentos e setenta e nove (82.879€), faltando ainda – porque já há obrigações assumidas – trinta e cinco mil, duzentos e setenta e sete (35.277€).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Isto é só para tomar conhecimento. Sr. Deputado José Aires faça favor.-----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente.-----
Aqui, questionar apenas, porque eu estive a observar, realmente, o documento onde constam os valores, e relativamente a esta questão, se é possível detalhar ou elencar os valores em que foi gasta a verba de aquisição de serviços e bens, uma vez que apenas vem o valor global, e não vem detalhado o tipo de aquisição que foi efetuada.-----
Obrigado.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente.-----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado.-----
Aqui, temos que nos socorrer à parte do relatório que vem da DGAL, em que tem a ver basicamente com o equipamento de proteção individual, grande parte é equipamento de proteção individual, tivemos com a parte da Proteção Civil todos os gastos, tivemos também que suportar as despesas do Exército, tivemos a desinfeção, a totalidade da desinfeção. Dar-vos só aqui uma noção, veio o Exército de Tancos, porque a solução tinha que ser a noventa e cinco por cento (95%) já, era uma solução já quase específica para teatros de guerra. Foi isso suportado, basicamente é isto. Depois, foi toda a parte para alimentação, com as mochilas, com a desinfeção, e depois, basicamente, é todo o circuito que tem que ser feito para, dia a dia, estarem desinfetadas. Basicamente é isto. Mas, o grosso é que nós não tínhamos, houve uma altura em que nós nos recusámos a comprar máscaras, porque máscaras de zero ponto quarenta (0,40€) chegaram a estar a quatro euros e oitenta (4,80€), e nós recusámo-nos a fazer isso.-----

E deixar aqui também um agradecimento ao Município da Régua, que quando foi o surto, não havia máscaras, porque para entrar, não podia ser uma máscara normal, nem cirúrgica, tinha que ser FFP2, no mínimo, ou FFP3, e foi o Município da Régua, que tinha disponíveis, e que nos emprestou para fazer face a dois dias, até chegarem as nossas.-----

Basicamente, foram estes os serviços.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Então, falta a recomendação, a recomendação que o Sr. Presidente fez, da prorrogação dos contratos por um ano.-----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Isso era uma recomendação que eu acho que era de todo justo para os concessionários, porque neste momento, não têm possibilidade – e nós vemos isso – de fazer negócio, e era mais uma forma de esta Assembleia Municipal e de o Município poderem ajudar, dando-lhes um ano, independentemente do término, até pode ser em 2025, mas assumindo nós que em 2020 perderam o que tinham.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Pelo menos oralmente apresentavam vocês a proposta, para podermos votá-la, uma coisa rápida.-----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** É uma recomendação para levar à reunião de Câmara, que todos os contratos em que seja o Município a concessionar, independentemente de se é o do talho, se é o da peixaria, se é o do café, que seja prorrogado por um ano automaticamente, que acho que é de total justiça.-----

-----**O Presidente de Mesa:** É assim, pelo menos temos de dar uma certa formalidade ao ato, não vamos votar em branco. A proposta do Sr. Presidente é no sentido de prorrogação, se os Srs. Líderes dos Grupos Parlamentares e se os Srs. Deputados estiverem de acordo.-----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Mas, eu não faço proposta, Sr. Presidente, peço desculpa; a Assembleia é que fará uma proposta para a Câmara se pronunciar.-----

-----**O Deputado José Meneses:** Muito boa tarde a todos. -----

Sem mais demoras, através do solicitado pelas três Bancadas – do PSD, do PS e do CDS-PP, ou seja, uma proposta em conjunto, “– Os deputados desta Assembleia Municipal, propõe, através da mesma, que seja prolongado por mais um ano, todos os contratos de regime de

15.
[Handwritten signatures]

arrendamento aos estabelecimentos públicos da Câmara Municipal, todos os espaços públicos, por motivos da situação pandémica (COVID 19), vivida por todo o País. -----

Faremos chegar ao Sr. Presidente da Assembleia o documento escrito. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Não sei se algum Sr. Deputado quer intervir. Portanto, a proposta é esta, prorrogação de um ano dos contratos de concessão da autarquia, independentemente do prazo em que terminem – se terminam no mês que vem, prorroga um ano; se terminam daqui por um ano, acrescenta um ano. Penso que é assim o espírito do que está em causa.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal nos termos do n.º 2 do artigo 7.º- B da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril na redação introduzida pela Lei n.º 12/2020, de 7 de maio, **apreciou a informação prestada.**-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

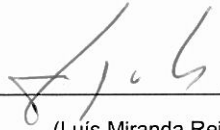
----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

Atento o disposto no n.º 2 do artigo 3.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de Março, e face à situação epidemiológica que o País atravessa, a presente sessão não será aberta ao público. -----

-----Seguiu-se a leitura da minuta da ata, que submetida à votação foi **aprovada por unanimidade.** -----

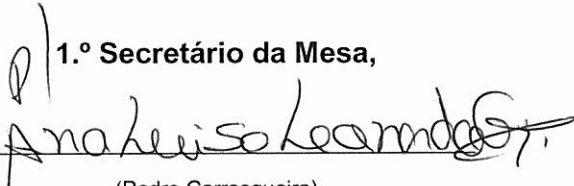
-----Para constar e para os demais efeitos legais, se lavrou a presente ata, que depois de apreciada e votada, será rubricada e assinada por todos os membros da Mesa.-----

O Presidente da Mesa,



(Luís Miranda Rei)

1.º Secretário da Mesa,



(Pedro Carrasqueira)

2.ª Secretária da Mesa,



(Lucinda João Afonso Carpinteiro)